

O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL NA AMÉRICA DO SUL: UMA ABORDAGEM DO PONTO DE VISTA POLÍTICO-ESTRATÉGICO

Luiz Carlos Fumiaki Miwa*

RESUMO

São notáveis os esforços que a humanidade vem empreendendo, no decorrer de sua existência, em busca do provimento do bem-estar e da harmonia entre os membros das diversas comunidades espalhadas pelo planeta. Talvez, com esse propósito, a ideia de integrar regiões pareça, a princípio, adequada, embora haja, somente, indícios quanto a seus reais propósitos e em que medida os resultados refletirão sua efetividade. Portanto, exhibe-se como síntese do objetivo deste estudo: uma breve análise sobre até que ponto a integração regional é capaz de constituir uma forma para, do ponto de vista político-estratégico, reduzir a possibilidade de conflitos armados. Em tempos de globalização, em que há uma intensificação das relações entre os estados, tais conexões seriam suficientes para tornar o mundo um lugar mais harmonioso e não mais palco de conflitos armados? A metodologia aplicada baseou-se em pesquisa bibliográfica e documental. Esta última em sítios na internet do Banco Mundial, da Organização das Nações Unidas (PNUD) e do anuário do *Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI)*. Em particular, foi dada ênfase ao processo de integração desenvolvido na América do Sul, pelo Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e União de Nações Sul-Americanas (UNASUL). Sem a mínima pretensão em esgotar o assunto, acredita-se que ainda sejam escassos os exames críticos sobre o tema e que a principal contribuição seja um incentivo a novas pesquisas com a associação entre a visão econômica e a vertente político-estratégica.

Palavras-chave: Integração Regional. Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). União de Nações Sul-Americanas (UNASUL).

THE REGIONAL INTEGRATION PROCESS IN SOUTH AMERICA: AN APPROACH FROM A POLITICAL STRATEGIC POINT OF VIEW

ABSTRACT

In the history of civilization, mankind has undertaken remarkable efforts to provide welfare and harmony to members of diverse communities throughout the world. Perhaps, for this purpose, the idea of integrating regions seems, at first, adequate; however, there are only hints to these real purposes and to what extent the results will reflect their effectiveness. Therefore, the objective of this study is to

* Doutor em Ciências Aeroespaciais pela Universidade da Força Aérea (UNIFA) e Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Contato: <fkimiwa@hotmail.com>

present a brief analysis of the extent to which regional integration can be a way to reduce, politically and strategically, the possibility of armed conflicts. In times of global thinking, there is an intensification of relations among states; would such connections be sufficient to make the world a more harmonious place and no longer a stage for armed conflicts? The methodology applied was based on literature and on documents. The documental research was based on internet sites, such as the World Bank, the United Nations (UNDP) and the Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI) 2013 yearbook. In particular, emphasis was given to the integration process developed in South America through MERCOSUR and UNASUR. Without the slightest pretension of exhausting the subject, we believe there are still few critical examinations on the topic and this study primarily serves as an incentive for new research concerning the association between the economic perspective and the political, as well as strategic dimensions.

Keywords: Regional Integration. The Southern Common Market (MERCOSUR). The Union of South American Nations (UNASUR).

EL PROCESO DE INTEGRACIÓN REGIONAL EN AMÉRICA DEL SUR: UN ABORDAJE BAJO EL PUNTO DE VISTA POLÍTICO-ESTRATÉGICO

RESUMEN

Son notables los esfuerzos que la humanidad viene emprendiendo, en el transcurso de su existencia, en busca de la provisión bienestar y armonía entre los miembros de las diversas comunidades esparcidas por el planeta. Tal vez, con ese propósito, la idea de integrar regiones parece, en principio, adecuada, aunque sólo hay indicios en cuanto a sus reales propósitos y en qué medida los resultados reflejará su efectividad. Por lo tanto, se muestra como síntesis del objetivo de este estudio: un breve análisis sobre hasta qué punto la integración regional es capaz de constituir una forma para, desde el punto de vista político estratégico, reducir la posibilidad de conflictos armados. En tiempos de globalización, en que hay una intensificación de las relaciones entre los estados, tales conexiones serían suficientes para hacer del mundo un lugar más armonioso y no más escenario de conflictos armados? La metodología aplicada se basó en la investigación bibliográfica y documental. Esta última en sitios web del Banco Mundial, de la Organización de las Naciones Unidas (PNUD) y del anuario del Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI). En particular, se dio énfasis al proceso de integración desarrollado en América del Sur, por el MERCOSUR y UNASUR. Sin la mínima pretensión de agotar el asunto, creemos que todavía son escasos los exámenes críticos sobre el tema y que la principal contribución sea un incentivo a nuevas investigaciones con la asociación entre la visión económica y la vertiente político-estratégica.

Palabras clave: Integración Regional. Mercado Común del Sur (MERCOSUR). Unión de Naciones Sudamericanas (UNASUR).

1 INTRODUÇÃO: OS ELEMENTOS ESSENCIAIS DA PESQUISA

*The first lesson which the student of international politics must learn and never forget is that the complexities of international affairs make simple solutions and trustworthy prophecies impossible...the best the scholar can do, then, is to trace the different tendencies which, as potentialities, are inherent in a certain international situation. He can point out the different conditions which make it more likely for one tendency to prevail than for another, and, finally, assess the probabilities for the different conditions and tendencies to prevail in actuality (Morgenthau, 1952, p.6).***

O objetivo norteador do presente estudo, materializado neste *paper*, constitui-se em analisar até que ponto a integração regional é capaz de constituir um meio para, do ponto de vista político-estratégico, reduzir a possibilidade de conflitos armados, utilizando, como objeto, a iniciativa Sul-americana, concretizada por intermédio do MERCOSUL e, posteriormente, da UNASUL.

Logo, adotou-se uma sequência de procedimentos julgados próprios para se atingir tal objetivo. De acordo com Giddens (2011), as Ciências Sociais exibem particularidades que as tornam distintas das Ciências Naturais uma vez que, além de não terem a mesma característica de formar um conhecimento cumulativo, estão sujeitas a ações humanas, historicamente constituídas, e merecem constante reflexão sobre sua validade. Ao contrário da Física, por exemplo, não existem Leis e Princípios aceitos como “verdades”, expressas e demonstráveis matematicamente. Entretanto, nas “Humanidades”, há uma tendência a se reconhecer a existência de clássicos, cuja voz ainda é considerada nos dias de hoje, razão que serve de justificativa para a elaboração de uma breve revisão teórica voltada para a disciplina Relações Internacionais (RI) Contemporâneas.

Afora a pesquisa bibliográfica, foi realizada pesquisa documental em sítios na *internet*, entre os quais se destacam os sítios: do Banco Mundial, da Organização das Nações Unidas (PNUD) e do anuário do *Stockholm International Peace Research institute (SIPRI)*.

Reconhece-se, em consonância com Brown e Ainley (2012), que em um mundo competitivo e em constante mutação, como o atual, a disciplina RI pode ser aceita como o estudo das relações em termos diplomáticos, militares e estratégicos, mantidas entre os estados, cuja complexidade envolve demandas que podem abranger, por exemplo, os campos: social, político, cultural, militar e econômico, além de noções como conflito e cooperação (*hard e soft power*)¹, guerra e paz, globalização, entre outras, motivo pelo qual

1 Soft Power, conceituado por Joseph Nye em 2004, consiste de uma aproximação visando à cooperação entre os atores da arena internacional por intermédio do apelo a valores e características culturais, entre outros, como forma de aquisição de comportamentos desejáveis. Tal abordagem serve de contraponto à ideia de *hard power*.

** “A primeira lição que o aluno de política internacional deve aprender e nunca esquecer é que as complexidades dos assuntos internacionais tornam soluções simples e profecias confiáveis em algo impossível... o melhor que pode fazer, então, é traçar as diferentes tendências que, como potencialidades, são inerentes a uma determinada situação internacional. Ele pode apontar as diferentes condições que as tornam mais dirigidas a uma tendência do que para outra e, finalmente, avaliar as probabilidades para que as diferentes condições e tendências prevaleçam no cenário atual.”(MORGENTHAU, 1952, p.6[t1], tradução nossa).

parece pertinente o tema desenvolvido neste trabalho. Sem a ousadia de desacreditar qualquer teoria existente, é necessário, porém, esclarecer que essas representam contribuições para explicar o funcionamento e a ordem internacionais, consistindo, em muitos casos, tipos ideais – generalizáveis até certo ponto.

Com esse enfoque, é atribuída especial atenção sobre os pensamentos neoliberal e neorrealista, de acordo com Fernandes (2011), *mainstream* em RI, em busca de regularidades e de repetições – uma forma de tentar explicar como a intensificação das relações entre os Estados por intermédio da integração regional seria capaz de modificar as possibilidades de conflitos armados, em conformidade a autores que defendem esse tipo de associação como forma de minimização de contendas. Apesar de não se ter a pretensão em esgotar um assunto que envolve tamanha complexidade, acredita-se em sua utilidade para fins do debate em voga.

Em seguida, é trazido o conceito de globalização para, então, partir para a discussão sobre integração regional voltada, em particular, para a América do Sul, foco da investigação sugerida. Foram, ainda, pesquisados dados relativos aos países membros do MERCOSUL, referentes ao Produto Interno Bruto (PIB), à expectativa de vida, ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e aos gastos militares, entre outros, indícios capazes de trazer alguma comprovação às conjecturas apresentadas.

2 AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS

Em um ambiente doméstico, a vida em sociedade pressupõe a existência de regras acatadas pelo povo que a compõe, o que visa ao bem-estar da maioria dos indivíduos. No entanto, no cenário internacional, onde figuram, entre outros fatores, distintas culturas, diferentes níveis de desenvolvimento, em particular, econômico e tecnológico, e de coesão social, a pressão exercida por atores divergentes é capaz de contribuir para a falta de integração entre seus membros.

Tal argumento pode ser atestado no decorrer da história, em que horrores e catástrofes causados por conflitos armados conduziram a humanidade e, conseqüentemente, as unidades políticas a procurar formas de fazer com que o fenômeno da guerra fosse extinto, ou pelo menos, que a possibilidade de sua ocorrência fosse diminuída no dia a dia dos seres humanos. Mesmo porque, em concordância com Waltz (2004), recorrer à violência, por meio da guerra, não conduz à vitória, mas, sim, a níveis variados de derrota.

Nesse sentido, é possível subsumir que das linhas de pensamento, em termos de Relações Internacionais, uma das vertentes que se sobressai é a liberal²,

2 Segundo Amaral (2011), o primeiro defensor do liberalismo político foi John Locke, por meio da publicação de *Dois tratados sobre a governação*, no final do século XVII. De acordo com Bobbio (2000), o liberalismo é um conceito ou uma doutrina em que o Estado tem poderes e funções restritos, mínimos, não tendo que ser necessariamente democrático e, para Fernandes (2011), em termos políticos, para os Estados Unidos, o termo liberal tem uma conotação ideológica de oposição ao conservadorismo sociopolítico. Em Relações Internacionais, faz oposição ao realismo com seus valores conservadores e tendências nacionalistas.

fundamentada na crença de que o interesse dos Estados, baseado em um comércio universal livre, seria suficiente para garantir a harmonia entre eles, o que Dunne (2011) corrobora, ao afirmar que a essência do pensamento liberal repousa no autodomínio, na moderação e no comedimento: a manutenção da paz em um ambiente onde o oposto se mostra frequente.

Com o intuito de enriquecer a fundamentação sobre as proposições gerais do pensamento liberal, julga-se oportuno inserir a definição das quatro dimensões, que Doyle (1997, p. 207) denomina de Liberalismo Ideal:

- Todo cidadão é juridicamente igual e possui direitos cívicos básicos como liberdade religiosa e o acesso à imprensa livre;
- Os soberanos efetivos do Estado são legislaturas representativas, cuja autoridade deriva de eleições e sua autoridade é limitada para além do requisito que os direitos cívicos básicos sejam preservados;
- A economia repousa no reconhecimento dos direitos à propriedade privada, incluídos os meios de produção. A propriedade é justificada pela aquisição individual ou pela concordância social ou pela utilidade social;
- O liberalismo defende que o mais efetivo sistema de troca econômica é aquele no qual o mercado é, em grande parte, dirigido por suas leis de oferta e de procura e não aquele subordinado à regulação e ao controle burocrático, tanto no nível doméstico como no internacional.

Não obstante a aparente coerência dos ideais liberais, bem como suas qualidades na busca por um bom relacionamento entre os Estados, é necessário reconhecer que a devastação causada em duas Grandes Guerras, durante o início do século XX, resultou em respostas, entre as quais, o aumento quanto à inquietação relativa à segurança³ e autopreservação de cada uma das unidades políticas, componentes do globo terrestre. Estados desiguais em extensões de

3 A noção de segurança, de acordo com Baylis, Smith e Owens (2011) é controversa e elástica e abrange atualmente os campos: econômico, político, militar, ambiental, entre outros. Está ligada às ideias de proteção e de liberdade contra perigos e riscos, conforme Ribeiro (2011), com vistas à preservação da unidade política em termos de soberania e de independência. Uma forma, segundo Delgado (2004), de assegurar a vida em comunidade, cujo dever cabe ao Estado. Difere do sentido instituído pelo Tratado de Westphalia, assinado em 14 de outubro de 1648, que encerrou a Guerra dos Trinta Anos, visto como uma obrigação de autoajuda entre as nações. Segundo Booth (2005), a segurança não consiste, somente, na ausência de ameaças, mas envolve as possibilidades de se estar e sentir-se seguro contra perigos de qualquer sorte, o que implica dimensões objetivas e subjetivas. Pode-se levar em consideração, por exemplo, o medo injustificado ou os erros de cálculo, capazes de influenciar na percepção daquilo que deve ser temido. Além do que é considerado como ameaça ao indivíduo, ser seguro ou sentir-se seguro deve ser compreendido em termos de teorias políticas que versam sobre as nações, a soberania, as classes sociais, o gênero, entre outros. Como exemplos Booth (2005) cita a hegemonia dos Estados Unidos, o terrorismo e seu combate, as intervenções humanitárias, a AIDS na África, os perigos ambientais, as economias militarizadas e tudo aquilo que, sob outra perspectiva, pode causar dano a seres humanos: em termos políticos, um valor instrumental que permite às pessoas alguma oportunidade para escolher como viver, diferente de sobreviver; um risco imposto por outrem.

poder⁴, em desenvolvimento político, econômico e cultural acabam valendo-se, em última instância, quando o desejo de cooperação e a boa vontade se extinguem, do emprego de sanções econômicas e de instrumentos militares para a manutenção da ordem internacional, o que vai de encontro ao modo de pensar liberal, em que a atuação e o poder do Estado devem ser mínimos.

Nesse contexto, o liberalismo passa a ser visto como algo utópico ou ideal e perde força, cedendo espaço ao pensamento realista⁵. De acordo com Morgenthau (1952), a luta por bens limitados e, portanto, escassos, anima as unidades políticas a desejarem mais poder e a mantê-lo, ou mesmo, dar mostras do próprio poder. Para o realismo, as relações entre os Estados dizem respeito à consecução, de seus interesses, definidos em termos de poder, o que delimita seu comportamento: procuram angariar mais poder para atingir seus objetivos.

4 No capítulo II da versão brasileira de “Paz e Guerra entre as Nações”, Aron (1979) analisa os meios disponíveis para o exercício da Política Externa e apresenta os conceitos de poder e de potência como sendo empregados de modo habitual e ao mesmo tempo equivocados. Segundo o autor, os ingleses utilizam a expressão *powerpolitics*, enquanto em francês, *politique de puissance*. É curioso notar, ainda, que o termo poder em francês (*pouvoir*), como em português, é atribuído tanto aos Estados como aos indivíduos e grupos internos, enquanto potência, somente às unidades políticas. A palavra “poder”, em francês, pode ser empregada tanto como um substantivo “*le pouvoir*”, como em sua forma verbal. Por outro lado, em inglês, “*power*” é um substantivo, enquanto o verbo poder (*to can*) é distinto. Isso conduz a uma reflexão inicial sobre os significados e interpretações para o fenômeno “poder” nos diferentes idiomas e, conseqüentemente, para as distintas unidades políticas. Embora seja sutil a diferença, é possível deduzir que o poder constitui algo que se tem, semelhante a um objeto, ou a uma capacidade para produzir, ou mesmo destruir algo, ou influenciar alguém a fazer alguma coisa. Conforme Keohane e Nye (2001), o poder pode ser entendido como a habilidade de um ator fazer com que os demais partícipes façam algo que em outras circunstâncias não fariam, é o exercício do controle sobre resultados. De maneira semelhante, de acordo com Moreira (1996), o poder é o produto dos recursos tangíveis (materiais) e intangíveis à disposição de determinado ator, que o emprega para influenciar, condicionar, congrega, vencer outros participantes do jogo político, cada qual em busca da consecução de seus próprios objetivos. Não um valor em si próprio, mensurável quantitativamente, mas uma relação, uma capacidade para atingir determinados objetivos em função da capacidade, ou da falta de capacidade de um adversário ou de um inimigo. Nesse sentido, os componentes de poder seriam classificados conforme a seguinte tipologia: naturais (posição geográfica e territorial, recursos naturais, matérias-primas, energia e população); sócio psicológicos (imagens assumidas pela população, atitudes e expectativas, relação população-governo e liderança); e sincréticas (capacidade econômico-industrial, cultura, ciência e tecnologia e força militar).

5 Em 1939, E. H. Carr publica o livro *The Twenty Years Crisis*, em que discorda da doutrina liberal ao considerar as relações internacionais como o reflexo decorrente do conflito entre ricos e pobres, que são capazes, inclusive, de recorrer à violência para alcançar seus objetivos – uma explicação para a condição de instabilidade e insegurança que rondava a política entre os Estados em sua época. Segundo Carr (2001), a ciência da política internacional ainda era incipiente até 1914 e as relações entre as unidades políticas era assunto de soldados e de diplomatas, profissionais engajados na guerra ou na não-guerra, o que sofreu mudanças após o Primeiro Conflito Mundial. A partir daí, o início dos estudos passou a focalizar no que deveria ser o mundo, embora como toda ciência, com seu desenvolvimento o raciocínio passasse a sobrepujar o desejo. Em 1948, Hans J. Morgenthau lança seu livro “*Politics Among Nations: the struggle for Power and Peace*”, o que segundo Brown e Ainsley (2012) o torna o realista mais proeminente de sua época.

No ambiente internacional, o Estado é o ator e a instituição competente para regular outras entidades (organizações internacionais – governamentais ou não, empresas, grupos de pressão, indivíduos), que em determinadas circunstâncias podem agir de maneira independente.

Conforme Dunne e Schmidt (2011), o realismo prega que a força e, conseqüentemente, seu uso, são instrumentos legítimos do estado para a consecução de seus objetivos, cabendo ao governante o dever de calcular racionalmente os passos a serem tomados para perpetuar a vida do Estado, em um ambiente hostil e ameaçador, que é a arena internacional. São, portanto, características da visão realista: a centralidade do estado como ator político, a necessidade de sobrevivência e o fato de contar consigo mesmo para resolver os problemas (*self-help*).

No debate entre “mais liberdade” e “mais poder”, é possível notar novas abordagens: a neoliberal, defendida, principalmente, por Robert O. Keohane e Joseph Nye (2001) e a neorealista, prescrita por Kenneth Waltz (1988). Em oposição à abordagem realista, que defende que a segurança é a questão primordial entre os estados, Keohane e Nye (2001) afirmam que a força, o poder ou a segurança não são tão essenciais e que em um mundo onde figura a interdependência complexa, qualquer questão, em qualquer momento, pode tornar-se prioritária. Na acepção do termo, a postura neoliberal baseia-se na interdependência⁶, cooperação e interação entre os estados, mediante a prática de preceitos formais ou informais, coordenadas ou não por organismos internacionais. Criada a dependência mútua, ela pode ser mensurada pelas vulnerabilidades a que os Estados ficam suscetíveis caso tenham que realizar ajustes em função de determinada circunstância (seja, por exemplo, em decorrência do tempo necessário para adaptação ou dos altos custos envolvidos para a mudança).

Segundo Nye (2009), a perspectiva de Interdependência Complexa sustenta que as relações entre os Estados não decorre das diferenças quanto a suas capacidades militares, mas sim, ao controle de mecanismos econômicos, comerciais e financeiros, entre outros, o que diverge da concepção realista em que os Estados constituem os únicos protagonistas relevantes no cenário internacional, os quais pautam suas relações a partir do uso da força militar para a consecução de seus objetivos, tendo como meta principal sua segurança.

No conceito de interdependência está implícita a dependência de um país A em relação a um país B no que diz respeito a um determinado produto (bem ou serviço). Essa dependência, conforme Keohane e Nye (2001) pressupõe uma

6 A interdependência é definida simplificada como a dependência mútua, capaz de ser afetada por forças externas, marcada por efeitos recíprocos entre os participantes. Apresenta como características: múltiplos canais, que conectam as sociedades; uma agenda entre os atores que contempla variadas questões, nem sempre ordenável em uma hierarquia consistente; e, o não emprego de força militar por governos direcionados a outros governos situados na área de abrangência da dependência mútua (KEOHANE; NYE, 2001).

vulnerabilidade do país A, caso o país B pare de fornecer tal produto. Apesar de se constatar que existe um esforço por parte dos atores componentes do ambiente internacional no sentido de exercer a cooperação entre eles, não se deve descartar a possibilidade de os mais fortes tentarem subjugar aqueles que são mais fracos, particularmente em termos econômicos. Também não se pode ignorar que é verossímil o interesse em se exercer influência no comportamento das unidades, mediante o emprego da força, ou de sua ameaça, que tem como ápice o conflito armado. Ou seja, embora os autores defendam que a existência de uma condição de dependência mútua reduza a possibilidade de embates entre os Estados, admitem o uso da força bem como a continuidade de ocorrência de guerras na arena internacional.

Por sua vez, o neorealismo defende a ideia, conforme Waltz (2010), que a política no ambiente internacional pode ser melhor compreendida caso sejam adicionados os efeitos da estrutura⁷ às explicações no nível unidade, presentes no realismo, até então propagado. Sustenta o conceito de escolha racional, em que os atores no cenário internacional dirigem seus comportamentos de acordo com objetivos previamente traçados, lançando mão das capacidades ou do poder disponíveis – uma relação de causa e efeito em que o poder é tido como uma possibilidade útil com vistas à segurança e sobrevivência do Estado. Nesse sentido, buscam a maximização de benefícios ou a minimização de prejuízos por intermédio da utilização de instrumentos como a teoria dos jogos ou de ferramentas ligadas à econometria para avaliarem a conjuntura (WALTZ, 2010).

Tal preocupação ganha vulto a partir de 1945, com o término da Segunda Grande Guerra, em que o mundo é dividido em dois blocos, abençoados, conforme Herz (2001), por arsenais nucleares. Em um ambiente onde atacar e retaliar constituem um dilema e são ações que podem significar a extinção de muitos, a necessidade por segurança torna-se uma prioridade e ganham vigor as dúvidas sobre a sobrevivência dos indivíduos e das nações.

O Dilema de Segurança, a partir de então, central para o neorealismo, de acordo com Glaser (2003), mostra que a racionalidade dos estados não é o único fator a influenciar as decisões voltadas à segurança, à corrida armamentista ou à guerra e que a incerteza sobre a motivação dos demais estados quanto a suas atitudes passa a ser um componente essencial. Em sua luta para obter segurança, os atores são conduzidos a adquirir mais poder para, no mínimo, intimidar possíveis aventureiros, o que é capaz de significar ainda menos segurança – daí o dilema.

Passados mais de cinquenta anos da formulação original expressa por John

7 Para Waltz (2010), as estruturas podem ser definidas como a forma pela qual um sistema, composto por atores que interagem, é ordenado, caracterizado pela especificidade de funções das diferentes unidades e pela distribuição de capacidades entre os partícipes. Tal sistema, em política internacional, lida com forças que explicam comportamentos ou ações dos Estados e que geram determinados resultados.

Herz sobre essa temática, Booth e Wheeler (2008)⁸ caracterizam um dilema como uma situação que requer que alguém escolha entre duas alternativas – dois lemas – igualmente equilibradas⁹. O âmago da questão reside nas incertezas quanto às condições que tornem possível a existência das nações, no cenário político internacional, nos tempos presente e futuro. Tal continuidade em termos de espaço e de tempo exige que os estados soberanos garantam suas próprias seguranças e façam uso, inclusive, da força para rechaçar ameaças e infortúnios provenientes de outros atores.

O relacionamento entre os atores estatais obedece a uma característica peculiar a cada Estado, que consiste em sua soberania, entendida como autonomia jurídica e que implica a não existência de um organismo superior, o qual tenha autoridade sobre eles – um ambiente anárquico, entendido não como privado de leis, o que faria supor a predominância do caos, mas, sim, como a falta de um sistema formal de governança. Nele, as incertezas quanto às decisões de seus vizinhos, sejam eles próximos ou não, são capazes de interferir nos cálculos, dependentes de múltiplas variáveis, entre elas, as interações entre os atores participantes do sistema internacional.

Sem um órgão capaz de gerir diferentes anseios e de aparar eventuais arestas, cada ator, no contexto internacional, parece obrigado a cuidar de seus interesses particulares e de alcançá-los mediante a utilização de seus próprios recursos, o que pode ocorrer, basicamente, por intermédio de acordos de cooperação, ou por meio, em casos extremos, do uso da força ou do poder à disposição.

Tanto neorealistas como neoliberais, na tentativa de explicar o funcionamento das relações entre os estados, cujas decisões são respostas a estímulos originários do ambiente doméstico, afetados pelo cenário internacional, estabeleceram modelos, que podem ser considerados tipos ideais em razão de suas limitações quanto às realidades correntes. Aquilo que é tido como de interesse vital para determinado ator, caso entre em choque com os anseios de outro protagonista, é capaz de conduzir ao emprego de meios violentos e ser custoso para todos os envolvidos, principalmente, após a criação de artefatos bélicos nucleares.

O término da Guerra Fria, em 1989, assinalado, entre outros, pela queda do Muro de Berlim, trouxe a crença, para muitos, que a partir daí haveria o predomínio da paz e que a interdependência econômica seria incrementada. Dessa maneira, embargos e sanções passariam a constituir os principais instrumentos de persuasão. Contudo, o que se observa é que o uso da força não deixou de ter sua importância

8 Conforme Herz (2008), ao apresentar as ideias expostas por Booth e Wheeler, os autores dão ênfase ao que eles chamam de “mitigators”, que consistem em figuras moderadoras e de melhoria, de tal forma que abrandem e ultrapassem o Dilema de Segurança. Entre esses mitigadores podem ser citados: diplomacia, cooperação, aceitação de soluções pacíficas para a resolução de conflitos e organismos, como a Organização das Nações Unidas.

9 Um lema é adotado pelos autores como uma proposição que pode ser assumida como válida.

e a combinação entre *soft* e *hard power* passa a ser uma realidade. O quanto de cada poder a ser empregado é o que Nye (2011) denomina *smart power*, embora o autor não estabeleça o quanto de *soft* e de *hard* deveria ser utilizado.

Nesse aspecto, nos dias de hoje, a globalização¹⁰ surge como uma tendência que visa, inclusive, aumentar a harmonia entre as nações, e, conforme defendem Best e Christiansen (2011), o estabelecimento de mecanismos regionais de cooperação e de integração constitui uma forma pela qual os estados, em diferentes partes do planeta, respondem aos desafios em um ambiente cada vez mais global.

Apesar de a globalização dar impulso às interações entre unidades políticas, o que implica uma não necessidade de atuação dos estados em um ambiente onde prevalecem a competição e os conflitos de interesses, ainda é o Estado que mobiliza as forças para a defesa do território e para atingir os objetivos nacionais. Dessa forma, provê a segurança da unidade contra ameaças percebidas, sejam elas potenciais ou reais, garantindo sua autopreservação ou sobrevivência.

3 INTEGRAÇÃO REGIONAL: CONCEITOS, TEORIAS, E A SITUAÇÃO NA AMÉRICA DO SUL

La UNASUR es el ensamble del MERCOSUR y La Comunidad Andina em América del Sur. Es el embrión posible hacia un horizonte de Estado continental industrial como paradigma, no exento de tensiones. Aclaramos que el Estado continental no implica la desaparición de nuestras estatalidades sino un salto geoestratégico de Estados-islas del polo hispánico y de un semi Estado continental como Brasil, que como hemos dicho no se fragmentó em razón de que la Corona portuguesa se instaló en Rio en 1808 y mantuvo la unidad territorial (BARRIOS, 2011, p. 75).¹¹

10 McGrew (2011) assevera que a globalização é um processo histórico que envolve uma mudança ou transformação e que diz respeito à organização social humana que liga comunidades distantes, ao expandir o alcance das relações de poder através de regiões e de continentes. Dessa forma, observa-se uma coordenação, representada pela aceleração de interações e de processos, com o incremento dos meios de transporte e de comunicação, o que se reflete na redução de tempo-espço e em uma ruptura de fronteiras, com a quebra de alguns princípios de territorialidade. Eventos em uma região podem ser significativos para indivíduos e comunidades em distantes regiões do mundo, tanto para o bem como para o mal.

11 A UNASUR é a assembleia do MERCOSUL e da Comunidade Andina na América do Sul. É o possível abraço em direção a um horizonte industrial do Estado continental como um paradigma, não livre de tensões. Esclarecemos que o estado continental não implica o desaparecimento de nosso estado, mas um salto geoestratégico de estados-ilhas do polo hispânico e de um semiestado continental como o Brasil, o que, como dissemos, não se fragmentou porque a Coroa portuguesa se instalou no Rio em 1808 e manteve a unidade territorial (BARRIOS, 2011, p.75). [t1]

Em um estudo desenvolvido na década de 1990, Schiff e Winters (2003) afirmam que o crescimento de blocos regionais para o exercício de comércio foi um dos maiores avanços em termos de relações internacionais praticados durante os últimos anos. Os autores observam três mudanças significativas: a) a adoção de modelos mais abertos de regionalismo, que os, até então, existentes; b) a remoção de barreiras, como a redução de tarifas, para tornar a integração mais efetiva; e, c) o surgimento de acordos norte-sul, com uma parceria igualitária entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Dessa forma, concluem que o regionalismo faz parte da ambiência econômica, útil como ferramenta para o progresso dos participantes.

De maneira análoga, Neves (2013) assevera que o processo de integração comercial, ou o tratamento preferencial entre dois países, parte da chamada “Teoria da Proteção”, em que, basicamente, por intermédio de decisões no campo político, determinado ator decide oferecer um tratamento diferenciado a outro país específico – o que se materializa pela prática de alíquotas de preços menores para a importação dos produtos provenientes do outro país. O nível mais básico de integração regional é constituído por acordos de preferências comerciais, visando ao aumento do comércio potencial entre eles, o que se traduz mediante menores alíquotas de imposto de importação no comércio entre os signatários. Em um patamar seguinte, posicionam-se as áreas de livre-comércio em que as unidades reduzem ou eliminam as barreiras comerciais, dando ênfase àquilo que é produzido e proveniente da área em questão (regra de origem), com isso, há uma abrangência maior dos produtos beneficiados. Em um estágio mais avançado, a União Aduaneira é caracterizada pela adoção de uma política comercial externa comum aos países participantes, por intermédio do estabelecimento de uma estrutura tarifária conjunta, na qual os partícipes se tratam de modo preferencial, embora estabeleçam barreiras comerciais em relação aos demais atores, não sócios. E, em um degrau mais elevado, encontra-se o Mercado Comum, que além das feições apresentadas pelas modalidades anteriores, exhibe a plena mobilidade dos fatores de produção entre seus membros (exercício profissional, investimentos estrangeiros, direito à propriedade, além de direitos trabalhistas, previdenciários e de uma justiça comum).

Na América do Sul, a experiência para a formação de um bloco comercial pode ser notada com a fundação do MERCOSUL, em 26 de março de 1991¹². Sua criação ocorreu mediante a assinatura do Tratado de Assunção por: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – membros plenos, seguida pela aceitação posterior de: Chile e Bolívia (1996), Peru (2003), Equador, Colômbia e Venezuela (2004), como membros associados¹³. O que difere um grupo do outro é que os membros plenos

12 Disponível em: <www.mercosul.gov.br> Acesso em: 02 jun. 2014.

13 Os países membros do MERCOSUL apresentam como características: grande capacidade

têm como prerrogativa a participação nas decisões, além de serem submetidos a uma Tarifa Externa Comum (TEC), enquanto os membros associados não tomam parte de todas as deliberações e não são sujeitos à TEC.

Conforme Baia (2013), o MERCOSUL faz frente a problemas relacionados à assimetria entre os países que o formam e apesar de denominar-se Mercado Comum, o estágio de integração pode ser classificado como União Alfandegária Imperfeita¹⁴, em função, por exemplo, da cobrança da TEC em duplicidade nos casos de reexportação, ou seja, não alcança o estágio de União Aduaneira. Tais circunstâncias oneram os custos de exportações e de importações, aumentam os preços pagos pelos consumidores, reduzem os ganhos dos produtores, geram despesas públicas e constituem uma barreira ao comércio, dificultando a formação de um bloco íntegro.

Ainda conforme o autor anteriormente citado, na década de 2000, em função de uma guinada política rumo a um socialismo mais veemente, ocorrido em quase toda a América Latina, os governos tenderam a práticas econômicas mais protecionistas, nacionalistas e intervencionistas que aquelas levadas a efeito pelas administrações, até então vigentes.

Dando prosseguimento aos esforços rumo à integração, em 11 de março de 2011, é ratificada a formação da União das Nações Sul-americanas (UNASUL), composta pelos doze países da região, embora as tratativas iniciais tenham ocorrido desde a Reunião Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Brasília, em 23 de maio de 2008, cujo objetivo consistiu em:

[...] construir, de maneira participativa e consensual, um espaço de articulação no âmbito cultural, social, econômico e político entre seus povos. Prioriza o diálogo político, as políticas sociais, a educação, a energia, a infraestrutura, o financiamento e o meio ambiente, entre outros, com vistas a criar a paz e a segurança, eliminar a desigualdade socioeconômica, alcançar a inclusão social e a participação cidadã, fortalecer a democracia e reduzir as assimetrias no marco do fortalecimento da soberania e independência dos estados¹⁵.

produtiva agrícola em função de terras férteis, abundância de água e mão-de-obra agrícola de boa qualidade, o que resultou na utilização de tais potenciais para a dedicação a ramos da indústria voltados para alimentação, couros e calçados, têxteis, móveis, entre outros. Exibem como dificuldades, a indústria pesada, de bens de capital e de alta tecnologia, embora Argentina e Brasil tenham obtido êxito a partir da década de 1950 em virtude da entrada de empresas multinacionais, com a implantação, inclusive, de uma indústria aeroespacial competitiva, no caso brasileiro. Apontam-se, ainda, rivalidades geopolíticas regionais (BAIA, 2013).

14 Para tornar-se perfeita, precisaria dispensar os certificados de origem dos produtos comercializados pelos integrantes.

15 Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/unasul>>. Acesso em: 02 jun 2014.

Muito embora o Ministério das Relações Exteriores brasileiro declare que a UNASUL tem-se revelado um instrumento para a solução pacífica de controvérsias regionais e para o fortalecimento da proteção da democracia na América do Sul, Barrios (2011) afirma que a União é uma oportunidade para articulações rumo à conquista de um poder continental, com a construção de uma força militar unificada. E sugere um tipo de integração no plano da defesa para estruturar, no futuro, uma integração plena. Nesse sentido, aponta como problemas para a efetivação dessa harmonização: a assimetria com a necessidade de unificação entre o polo lusitano e o espanhol; fatores externos com a sujeição à agenda imposta pelos Estados Unidos; e, a fatores internos, cujas prioridades de cada ator devem ser superadas para que possam dedicar-se aos processos de adesão.

É curioso citar, como diligência rumo à integração, o exemplo trazido por Tavares (2012), que em artigo intitulado *The false promise of Regional Organizations?*, trata da participação de países-membros da UNASUL, entre outros, em missões de obtenção ou manutenção da paz, patrocinadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), onde assinala problemas relacionados a capacidades, a interesses hegemônicos e a parcialidade dos envolvidos¹⁶. No texto, o autor afirma que, nessa cooperação com a ONU, embora possua legitimidade para atuar, a divisão de tarefas entre as unidades políticas ainda está longe de ser estabelecida e, em alguns casos, aquelas que detêm maiores capacidades para atender às necessidades iniciais não se engajam nos trabalhos, enquanto as menos capacitadas não têm condições para fazê-lo. Entre os principais óbices apontados destacam-se a logística, no que diz respeito a pessoal e a equipamentos, e fator financeiro. Quanto aos interesses hegemônicos, argumenta que as missões de paz constituem um negócio para as unidades políticas e para as organizações regionais, em que fica evidente uma dependência dos menos favorecidos em relação aos estados mais poderosos, e onde figuram os interesses de cada nação sob a cobertura do altruísmo internacional. Isso reforça a ideia de parcialidade em que as intervenções militares, apesar das alegadas motivações humanitárias, visam aos interesses nacionais e à preservação da estabilidade regional – regionalizam, mas não integram.

Do que foi levantado e exposto até aqui, alguns dados e ideias chamam a atenção. Em um primeiro momento, observa-se que Barrios (2011) assinala as diferenças entre as unidades constituintes do UNASUL, marcadas pelas assimetrias, que podem ser constatadas à tabela 1, a seguir:

16 As missões de paz são um negócio e os governos querem manter os exércitos nacionais satisfeitos. O aumento nos salários e a exposição a novas tecnologias e armamentos, além do aprendizado de novas doutrinas militares, elevam as condições de vida dos militares. E, militares satisfeitos diminuem a tendência a distúrbios domésticos. Mostra, ainda, aos vizinhos, que não precisam de ajuda, mas que são capazes de oferecer ajuda – uma luta por visibilidade internacional (TAVARES, 2012).

Quadro 1 - População, Extensão territorial, PIB, Expectativa de Vida e IDH por país pertencente ao UNASUL em 2012

País	População em milhares*	Extensão territorial em km2**	PIB em milhões de US\$***	Expectativa de Vida****	IDH1****	Posição em IDH****
Argentina	41.087	2.780.400	475.502,00	76	0.811	45
Brasil	198.656	8.514.877	2.252.664,00	74	0.73	85
Paraguai	6.687	406.752	25.502,00	72	0.669	111
Uruguai	3.395	176.215	49.920,00	77	0.792	51
Chile	17.465	756.102	269.869,00	80	0.819	40
Bolívia	10.496	1.098.581	27.035,00	67	0.675	108
Peru	29.988	1.285.216	203.790,00	75	0.741	77
Equador	15.492	283.561	84.040,00	76	0.724	89
Colômbia	47.704	1.138.914	369.606,00	74	0.719	91
Venezuela	29.955	912.050	381.286,00	74	0.748	71
Guiana	795	214.969	2.851,00	66	0.703	118
Suriname	535	163.820	5.012,00	71	0.684	105

Fontes: * World Development Indicators database, World Bank, 8 May 2014. Acesso em: 05 jun2014.

** Disponível em: <www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rakorder/2147rank.html>. Acesso em: 09 jun. 2014.

*** Disponível em: <www.worldbank.org>. Acesso em: 05 jun. 2014.

**** Disponível em: <<https://data.undp.org>>. Acesso em 05 jun.2014.

Observa-se que o Brasil, polo lusófono do MERCOSUL, ostenta a maior extensão territorial. Além disso, abarca a maior população e o maior Produto Interno Bruto (PIB), quando comparado aos demais membros do grupo, embora em termos de expectativa de vida e de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de sua população, não figure como o primeiro colocado. Pelo contrário, ocupa o 85º lugar, em termos de IDH, no ano de 2012, de um total de 199 países, sendo 186 pontuados, conforme a Organização das Nações Unidas (ONU)¹⁷ – entre médio

17 Conforme a ONU, o IDH, para o ano de 2012, pode ser classificado em: Very High Human Development (0.905); High Human Development (0.758); Medium Human Development (0.64); e, Low Human Development (0.466).

e alto nível de desenvolvimento. Embora o IDH seja um indicador, que mede de maneira resumida elementos como: renda, educação e saúde, serve para mostrar que, apesar de seu potencial, em particular na América do Sul, o país ainda encontra-se menos desenvolvido, no que diz respeito aos fatores sociais elencados, quando comparado a Chile, Argentina, Uruguai, Venezuela e Peru.

O avanço nos valores do Produto Interno Bruto (PIB) das unidades políticas pertencentes à UNASUL, expostas à tabela 2, refletem um incremento em relação aos indicadores econômicos na região, embora não seja possível afirmar que sejam resultantes do processo de formação do Bloco.

Quadro 2 - Produto Interno Bruto por país pertencente ao UNASUL de 2007 a 2012 em milhões de US\$

País	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Argentina	260.769,00	326.583,00	307.155,00	368.736,00	446.044,00	475.502,00
Brasil	1.366.853,00	1.653.539,00	1.620.165,00	2.143.035,00	2.476.652,00	2.252.664,00
Paraguai	13.838,00	18.505,00	15.955,00	20.028,00	26.008,00	25.502,00
Uruguai	23.411,00	30.366,00	30.229,00	38.846,00	46.435,00	49.920,00
Chile	173.081,00	179.627,00	171.957,00	217.556,00	251.191,00	269.869,00
Bolívia	13.120,00	16.674,00	17.340,00	19.650,00	23.949,00	27.035,00
Peru	107.492,00	129.537,00	130.064,00	157.610,00	181.011,00	203.790,00
Equador	51.008,00	61.763,00	62.520,00	67.514,00	76.770,00	84.040,00
Colômbia	207.520,00	244.057,00	234.360,00	287.001,00	336.560,00	369.606,00
Venezuela	230.364,00	315.600,00	329.419,00	393.808,00	316.482,00	381.286,00
Guiana	1.740,00	1.923,00	2.026,00	2.259,00	2.577,00	2.851,00
Suriname	2.937,00	3.533,00	3.875,00	4.368,00	4.363,00	5.012,00

Fonte: WORD BANK, 2014.

Da mesma forma como o exibido anteriormente na tabela 1, é possível notar a disparidade de valores de PIB entre os membros da UNASUL. Como destacado entre os objetivos da União de Nações Sul-americanas, a erradicação da pobreza e a superação de assimetrias implicará o auxílio por parte dos países mais desenvolvidos àqueles menos favorecidos, o que não é visualizado por intermédio dos números e requer uma pesquisa mais aprofundada.

Chama, ainda, a atenção a ideia de se criar uma força militar unificada, o que sugere a viabilidade de coerção e dissuasão do bloco fortalecido sobre unidades mais fracas e, conforme a vertente realista das Relações Internacionais, não descarta a possibilidade futura de confrontos armados entre blocos regionais e não mais entre estados isolados. A tabela 3 ilustra a porcentagem do Produto Interno Bruto, destinada aos gastos com Defesa pelos países membros da UNASUL de 2007 a 2012.

Quadro 3 - Porcentagem do PIB com gastos em Defesa, pelos países pertencentes ao UNASUL, no período de 2007-2012

País	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Argentina	0,9	0,8	1,0	0,9	0,9	0,9
Brasil	1,5	1,5	1,6	1,6	1,5	1,5
Paraguai	1,1	1,2	1,2	1,2	1,3	1,8
Uruguai	1,8	2,0	2,1	2,0	1,9	1,9
Chile	2,3	2,5	2,2	2,2	2,2	2,1
Bolívia	1,7	2,0	2,0	1,7	1,5	1,5
Peru	1,2	1,1	1,4	1,3	1,1	1,3
Equador	2,9	3,0	3,7	3,6	3,7	3,4
Colômbia	3,3	3,7	3,9	3,6	3,1	3,3
Venezuela	1,3	1,4	1,2	0,9	0,8	1,0
Guiana	2,0	2,2	2,3	2,1	1,9	1,8
Suriname	N.A. *	N.A. *	N.A. *	N.A. *	N.A. *	N.A. *

Fonte: AUTOR, baseado em SIPRI, 2013.

* N.A. – Not Available – Não Disponível.

Embora não se observe um aumento considerável nos percentuais destinados aos gastos em Defesa, no período estudado, a título de comparação, conforme os dados estatísticos apresentados pelo anuário do SIPRI (2013, p. 131), relativos aos gastos militares por região no ano de 2012, a América do Norte atingiu 708 bilhões de US\$, com um decréscimo de 5,5% em relação ao ano anterior, enquanto a Europa Ocidental e a Europa Central, destinaram 307 bilhões de US\$, com um decréscimo de 1,6%, quando confrontado ao ano de 2011. Por sua vez, a América do Sul dedicou 65,9 bilhões de US\$, com um aumento de 3,8% em relação a 2011. A tabela 4 mostra os gastos militares brutos por país pertencente à UNASUL, no período de 2007 a 2012.

Quadro 4 - Gastos militares por país pertencente à UNASUL no período de 2007-2013, em milhões de dólares

País	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Argentina	2.421,00	2.750,00	3.264,00	3.607,00	4.052,00	4.356,00
Brasil	29.595,00	31.488,00	34.334,00	38.127,00	36.932,00	36.751,00
Paraguai	209,00	215,00	238,00	264,00	302,00	430,00
Uruguai	697,00	794,00	877,00	885,00	902,00	944,00
Chile	4.944,00	5.222,00	4.569,00	5.131,00	5.440,00	5.357,00
Bolívia	333,00	398,00	394,00	364,00	351,00	377,00
Peru	1.626,00	1.591,00	1.965,00	2.076,00	2.029,00	2.363,00
Equador	1.616,00	1.873,00	2.109,00	2.188,00	2.454,00	2.263,00
Colômbia	8.985,00	10.621,00	11.158,00	11.072,00	10.307,00	11.446,00
Venezuela	4.124,00	4.569,00	3.302,00	2.574,00	2.385,00	3.316,00
Guiana	25,1	28,6	30,5	30,2	30,2	30,1
Suriname	N.A.*	N.A.*	N.A.*	N.A.*	N.A.*	N.A.*

Fonte: AUTOR, baseado em SIPRI, 2013.

* N.A. – Not Available – Não Disponível.

Ainda que a América do Sul tenha apresentado um incremento de 3,8% em seus gastos com Defesa, e esse valor percentual poder ser considerado reduzido, o que se depreende é que mesmo que as porcentagens sejam anualmente mantidas, um crescimento do Produto Interno Bruto implicará um aumento em valores totais. Pressupõe-se, portanto, que, ao mesmo tempo em que a região se fortalece pelo incremento das interações comerciais, pode utilizar-se do aumento de renda para melhorar, entre outros fatores, suas condições de defesa. E, a despeito dos decréscimos apresentados pelas duas primeiras regiões citadas e do aumento nos gastos Sul-americanos, em termos de valores brutos, é possível notar que a América do Norte e as Europas Ocidental e Central destinam valores, aproximados, da ordem de cinco a dez vezes maiores que os praticados pela América do Sul.

De acordo com Peterson (2004), embora, em um primeiro momento, sua causa dominante pareça ser movida por razões econômico-financeiras, ao que tudo indica, o processo de integração envolve custos como o afrouxamento do sentimento nacionalista e é capaz de gerar resultados entre os quais se destaca a estabilidade política da região, pela ameaça de exclusão daqueles que contrariem o pensamento do grupo. Porém, até que ponto isso é verdadeiro e está acontecendo?

Questões de sobrevivência das unidades, ou de sobrevivência política de seus governantes são exemplos de fatores passíveis de forçar a retração de um

ator uma vez que, atualmente, as conexões mostram-se mais ou menos tênues, não constituindo um cenário de dependência mútua. Ou seja, uma manifestação de que quando a interdependência não existe e a situação demandar ações que envolvam poder, é plausível que haja a preeminência do pensamento sustentado pela vertente realista das Relações Internacionais. Portanto, não parece absurdo supor que, apesar do compromisso das unidades políticas com os princípios democráticos e da possibilidade de prosperidade econômica, como forma de aliviar os efeitos da pobreza, quando os interesses individuais dos estados membros da UNASUL forem afetados, ou mesmo ameaçados, cada um irá buscar seu próprio benefício.

4 CONSIDERAÇÕES À GUIA DE CONCLUSÃO

Ao se fracionar o sistema internacional em subsistemas para fins de estudo, longe de constituir uma visão reducionista, podemos considerá-los tipos ideais, onde são observáveis regularidades, capazes de levar a generalizações ao longo do tempo. Isso parece ocorrer no caso da regionalização, com seus processos desde sua gênese até o seu desenvolvimento.

De um ponto de vista, em certa medida utópico, a integração de regiões do planeta deve ser encarada como esforço no sentido da criação de condições para que, em um grupo de estados, um não perceba os demais como possíveis ameaças e o progresso de todos seja a meta comum a ser atingida.

Nesse sentido, merece destaque a ideia de interdependência, a qual propõe não somente uma conexão econômica ou política entre membros de um grupo, mas sim, vínculos de dependência que obrigam os partícipes do grupo a não se agredirem: dependência mútua entre unidades políticas que as tornam vulneráveis em relação à falta de determinado bem ou produto.

No caso da União de Nações Sul-americanas, existem obstáculos representados pela assimetria e por fatores internos e externos aos estados participantes, o atraso tecnológico frente aos países desenvolvidos e as mazelas sociais às quais são submetidos, o que entre tantos outros problemas constituem óbices capazes de impedir o crescimento da região. Além disso, não são perceptíveis vínculos de interdependência, o que não exime a possibilidade de conflitos armados e traz à lembrança aspectos das aproximações voltadas à vertente realista das Relações Internacionais.

Gastar significa direcionar recursos a determinado fim, o que pressupõe a retirada ou o desvio de outros setores como, por exemplo, educação e saúde. Portanto, melhorar as condições de defesa de uma unidade política, sem uma indústria nacional que dê suporte a esse objetivo e sem os conhecimentos tecnológicos necessários para o desenvolvimento industrial, redundaria em um paradoxo cíclico: sem educação de qualidade é mais difícil atingir o desenvolvimento tecnológico e

a educação não melhora por ter seus recursos deslocados para a defesa, e assim por diante. Conseqüentemente, as assimetrias e dificuldades enfrentadas pelo bloco passam a ser fatores de retardo para o desenvolvimento regional, enquanto a pobreza e as mazelas tendem a proliferar.

Não se quer, com isso, concluir que a iniciativa não seja louvável, porém, observa-se, ainda, como necessário, o amadurecimento de estratégias voltadas para o desenvolvimento ordenado da região, bem como o estudo de intervenções, que sejam compatíveis à premência exigida pelos possíveis cenários de conflito ou de emergências causadas, por exemplo, por desastres naturais, como forma de fomentar a segurança e a confiança entre os países constituintes da UNASUL. E, uma dúvida que persiste é: será que caso uma das unidades pertencentes ao bloco regional sofra um ataque proveniente de um ator externo, o grupo reagirá em favor do ofendido?

REFERÊNCIAS

AMARAL, Diogo Freitas do. *História do pensamento político ocidental*. Coimbra: Edições Almedina, 2011.

ARON, Raymond. *Paz e guerra entre as nações*. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Universidade de Brasília, 1979.

BAIA, Paulo. Mercado Comum do Sul [MERCOSUL]. In: MIYAZAKI, Silvio Yoshio Mizuguchi, et al. *Integração econômica regional*. São Paulo: Saraiva, 2013.

BARRIOS, Miguel Ángel. *Consejo Suramericano de Defensa: desafios geopolíticos y perspectivas continentales*. Buenos Aires: Biblos, 2011.

BAYLIS, John; SMITH, Steve; OWENS, Patricia. *The globalization of world politics: an introduction to international relations*. 5. ed. Oxford, New York: Oxford University Press, 2011.

BOBBIO, Norberto. *Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos*. Organizado por Michelangelo Bovero. Tradução de Daniela Beccacia Versiani. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

BOOTH, Ken; WHEELER, Nicholas J. *The Security Dilemma: fear, cooperation and trust in world politics*. New York: Palgrave Mcmillan, 2008.

_____. *Critical security studies and world politics*. Colorado: Lynne Rienner Publishers, 2005.

BROWN, Cris; AINLEY, Kirsten. *Comprender as Relações Internacionais*. Tradução de Ana Sampaio. Lisboa: Gadiva Publicações, 2012.

CARR, Edward Hallett. *Vinte Anos de Crise: 1919-1939: uma introdução ao estudo das Relações Internacionais*. 2. ed. Tradução de Luiz Alberto Figueiredo Machado. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.

DELGADO, Paulo. Conceitos de segurança e defesa: implicações para a ação externa e interna do governo. In: PINTO, J. R. A de, ROCHA, A. J. R. da; SILVA, R. D. P. da (Org.). *Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil*. Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos de Cooperação, 2004.

DE LOMBAERDE, Philippe; BAERT, Francis; FELÍCIO, Tânia (Editors). *The United Nations and the regions: third world report on regional integration*. [s.l.]: Springer Science; Business Media, 2012. United Nations University Series on Regionalism. v. 3.

DOYLE, Michael W. *Ways of war and peace: realism, liberalism and socialism*. New York: W.W. Norton & Company, 1997.

DUNNE, Tim. Liberalism. In: BAYLIS, John; SMITH, Steve; OWENS, Patricia. *The globalization of world politics: an introduction to international relations*. 5, ed. Oxford, New York: Oxford University Press, 2011.

DUPAS, Gilberto (Org.). *América Latina no século XXI: perspectivas econômicas, sociais e políticas*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Fundação Editora Unesp, 2005.

FERNANDES, José Pedro Teixeira. *Teoria das Relações Internacionais: da abordagem clássica ao debate pós-positivista*. Coimbra: Edições Almedina, 2011.

GIDDENS, Anthony. *Política, sociologia e teoria sócia: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo*. Tradução de Cibele Saliba Rizek. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2011.

GLASER, Charles L. *Structural realism in a more complex world*. Review of International Studies, v. 29, n. 3. Cambridge University Press, 2003.
_____. *The security dilemma revisited*. Disponível em: <harrisschool.uchicago.edu/faculty/.../glaser-security_dilemma.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2011.

HERZ, John H. Idealist internationalism and the Security dilemma. In: LINKLATER, Andrew (Ed.). *International Relations*. KY: Routledge, 2001.

_____. Foreword. In: BOOTH Ken; WHEELER, Nicholas J. *The Security Dilemma: fear, cooperation and trust in World Politics*. New York: Palgrave Mcmillan, 2008

INTERNATIONAL MONETARY FUND. *Perspectivas de la economía mundial, octubre de 2013: Transiciones y tensiones*. Washington, [s.n], 2013.

KEOHANE, Robert O; NYE, Joseph S. *Power and Interdependence*. 3. ed. [s.l]: Longman, 2001.

MCGREW, Anthony. Globalization and global politics. In: BAYLIS, John; SMITH, Steve; OWENS, Patricia. *The globalization of world politics: an introduction to international relations*. 5. ed. Oxford, New York: Oxford University Press, 2011.

Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). 2014. Disponível em: <www.mercosul.gov.br>. Acesso em: 5 jun. 2014.

MIYAZAKI, Silvio Yoshiro Mizuguchi, et al. *Integração econômica regional*. São Paulo: Saraiva, 2013.

MOREIRA, Adriano. *Teoria das Relações Internacionais*. Coimbra: Livraria Almedina, 1996.

MORGENTHAU, Hans J. *Politics among nations: the struggle for power and peace*. 6. ed. New York: Alfred A. Knoff, 1952.

NEVES, Renato Baumann. *Integração regional: teoria e experiência latino-americana*. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

NYE, Joseph S. Jr. *Cooperação e conflito nas relações internacionais*. Traduzido por Henrique Amat Rego Monteiro. São Paulo: Gente, 2009.

_____. *The future of power*. New York: Public Affairs, 2011.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. Prefácio à edição brasileira. In: NYE, Joseph S. Jr. *Cooperação e conflito nas relações internacionais*. Traduzido por Henrique Amat Rego Monteiro. São Paulo: Gente, 2009.

PETERSON, Brian R. *The future of MERCOSUR*. California: Naval Postgraduate School. [s.n], 2004.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO NO BRASIL. Brasília 2014. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>>. Acesso em: 5 jun. 2014.

RIBEIRO, António Silva. *Segurança e defesa nacional*. Academia das Ciências de Lisboa. Instituto de Estudos Académicos para seniores: Lisboa, 2011. Disponível em:< www.acad-ciencias.pt/files/IEAS/AntónioSilvaRibeiro/asribeiro_24_01_2011.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2012.

SCHIFF, Maurice W.; WINTERS, L. Alan. *Regional Integration and development*. [s.l]: Word Bank and Oxford University, 2003.

SIPRI yearbook 2013: armaments, disarmament and international security. [s.l]: Oxford University, 2013.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. 2014. Disponível em: <<http://open.undp.org/#2017>>. Acesso em: 5 jun. 2014.

TAVARES, Rodrigo. The false promise of Regional Organizations? In: DE LOMBAERDE, Philippe; BAERT, Francis; FELÍCIO, Tânia (Ed.). *The United Nations and the regions: third world report on regional integration*. [s.l.]: Springer Science; Business Media, 2012. United Nations University Series on Regionalism. v. 3.

THE WORLD BANK. 2014. Disponível em: <www.worldbank.org>. Acesso em: 5 jun. 2014.

WALTZ, Kenneth N. *The origins of war in Neorealist Theory*. *Journal of interdisciplinary History*, v. 18, n. 4, p. 615-628, 1988.

_____. *O homem, o estado e a guerra*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. *Theory of international politics*. US: Waveland Press, 2010.

Recebido em: 20 jun. 2017
Aprovado em: 15 out. 2017

THE REGIONAL INTEGRATION PROCESS IN SOUTH AMERICA: AN APPROACH FROM A POLITICAL STRATEGIC POINT OF VIEW

*Luiz Carlos Fumiaki Miwa**

ABSTRACT

In the history of civilization, mankind has undertaken remarkable efforts to provide welfare and harmony to members of diverse communities throughout the world. Perhaps, for this purpose, the idea of integrating regions seems, at first, adequate; however, there are only hints to these real purposes and to what extent the results will reflect their effectiveness. Therefore, the objective of this study is to present a brief analysis of the extent to which regional integration can be a way to reduce, politically and strategically, the possibility of armed conflicts. In times of global thinking, there is an intensification of relations among states; would such connections be sufficient to make the world a more harmonious place and no longer a setting for armed conflicts? The methodology applied was based on literature and on documents. The documental research was based on internet sites, such as the World Bank, the United Nations (UNDP) and the Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI) 2013 yearbook. In particular, emphasis was given to the integration process developed in South America through MERCOSUR and UNASUR. Without the slightest pretension of exhausting the subject, we believe there are still few critical examinations on the topic and this study primarily serves as an incentive for new research concerning the association between the economic perspective and the political, as well strategic as dimensions.

Keywords: Regional Integration. The Southern Common Market (MERCOSUR). The Union of South American Nations (UNASUR).

O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL NA AMÉRICA DO SUL: UMA ABORDAGEM DO PONTO DE VISTA POLÍTICO-ESTRATÉGICO

RESUMO

São notáveis os esforços que a humanidade vem empreendendo, no decorrer de sua existência, em busca do provimento bem-estar e harmonia entre os membros das diversas comunidades espalhadas pelo planeta. Talvez, com esse propósito, a ideia de integrar regiões parece, a princípio, adequada, embora haja, somente, indícios quanto a seus reais propósitos e em que medida os resultados refletirão sua efetividade. Portanto, exhibe-se como síntese do objetivo deste estudo:

* Ph.D in Aerospace Science, Brazilian Air Force University (UNIFA) and Ph.D in Political Science, Fluminense Federal University (UFF).

uma breve análise sobre até que ponto a integração regional é capaz de constituir uma forma para, do ponto de vista político-estratégico, reduzir a possibilidade de conflitos armados. Em tempos de globalização, em que há uma intensificação das relações entre os estados, tais conexões seriam suficientes para tornar o mundo um lugar mais harmonioso e não mais palco de conflitos armados? A metodologia aplicada baseou-se em pesquisa bibliográfica e documental. Esta última em sítios à internet do Banco Mundial, da Organização das Nações Unidas (PNUD) e do anuário do *Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI)*. Em particular, foi dada ênfase ao processo de integração desenvolvido na América do Sul, pelo MERCOSUL e UNASUL. Sem a mínima pretensão em esgotar o assunto, acredita-se que ainda são escassos os exames críticos sobre o tema e que a principal contribuição seja um incentivo a novas pesquisas com a associação entre a visão econômica e a vertente político-estratégica.

Palavras-chave: **Palavras-chave:** Integração Regional. Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). União de Nações Sul-Americanas (UNASUL).

*EL PROCESO DE INTEGRACIÓN REGIONAL EN AMÉRICA DEL SUR: UN ABORDAJE
BAJO EL PUNTO DE VISTA POLITICO-ESTRATÉGICO*

RESUMEN

Son notables los esfuerzos que la humanidad viene emprendiendo, en el transcurso de su existencia, en busca de la provisión bienestar y armonía entre los miembros de las diversas comunidades esparcidas por el planeta. Tal vez, con ese propósito, la idea de integrar regiones parece, en principio, adecuada, aunque sólo hay indicios en cuanto a sus reales propósitos y en qué medida los resultados reflejará su efectividad. Por lo tanto, se muestra como síntesis del objetivo de este estudio: un breve análisis sobre hasta qué punto la integración regional es capaz de constituir una forma para, desde el punto de vista político estratégico, reducir la posibilidad de conflictos armados. En tiempos de globalización, en que hay una intensificación de las relaciones entre los estados, tales conexiones serían suficientes para hacer del mundo un lugar más armonioso y no más escenario de conflictos armados? La metodología aplicada se basó en la investigación bibliográfica y documental. Esta última en sitios web del Banco Mundial, de la Organización de las Naciones Unidas (PNUD) y del anuario del *Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI)*. En particular, se dio énfasis al proceso de integración desarrollado en América del Sur, por el MERCOSUR y UNASUR. Sin la mínima pretensión de agotar el asunto, creemos que todavía son escasos los exámenes críticos sobre el tema y que la principal contribución sea un incentivo a nuevas investigaciones con la asociación entre la visión económica y la vertiente político-estratégica.

Palabras clave: Integración Regional. Mercado Común del Sur (MERCOSUR). Unión de Naciones Sudamericanas (UNASUR).

1 INTRODUCTION: ESSENTIAL ELEMENTS OF RESEARCH

The first lesson which the student of international politics must learn and never forget is that the complexities of international affairs make simple solutions and trustworthy prophecies impossible...the best the scholar can do, then, is to trace the different tendencies which, as potentialities, are inherent in a certain international situation. He can point out the different conditions which make it more likely for one tendency to prevail than for another, and, finally, assess the probabilities for the different conditions and tendencies to prevail in actuality. (Morgenthau, 1952, p.6).

The guiding purpose of this study, as embodied in this paper, is to examine the extent to which regional integration can, from the political and strategic point of view, be a method to reduce the possibility of armed conflicts, using South American initiative as implemented through MERCOSUR, and later by UNASUR.

Therefore, we adopted a sequence of procedures judged suitable to achieve this goal. According to Giddens (2011), the social sciences exhibit characteristics that make them distinct from the natural sciences, because in addition to not having the same characteristic form of cumulative knowledge, the social sciences are subject to human actions, are historically constituted, and deserve constant reflection concerning the validity of their findings. Unlike physics, for example, there are no laws or principles accepted as “truths” that are expressed and demonstrated mathematically. However, in the humanities there is a tendency to recognize the existence of classics, whose voices are still considered at present, and so justify a brief literature review examining the contemporary International Relations (IR) discipline.

In addition to the bibliographical research, documentary research was carried out on internet sites, including the World Bank, the United National (UNDP) and the stockholm International Peace Research Institute (SIPRI).

It is recognized, in accordance with Brown and Ainley (2012), that in the current competitive and changing world, the discipline of IR can be accepted as the study of relations in diplomatic, military and strategic terms, maintained among states, whose complexity involves demands that may include social, political, cultural, economic and military branches, as well as notions of conflict and cooperation (hard and soft power)¹, war and peace, and globalization, among others. For these reasons,

1 Soft Power, conceptualized by Joseph Nye in 2004, consists of an approach aiming at cooperation among the actors of the international arena through the appeal to cultural values and features, among others, as a way to encourage desirable behaviors. This approach serves as a counterpoint to the idea of Hard Power.

IR seem pertinent to the theme developed in this work. Without daring to undermine any existing theory, it is still necessary to clarify that these theories represent contributions toward explaining the international operation and orders that in many cases consist of ideal types, which are generalized to certain extent.

According to Fernandes (2011), this approach places particular emphasis on neoliberal and neorealist thoughts in mainstream IR while searching for regularities and repetitions. This method is one approach to explain how the intensification of relations among states through regional integration could change the possibilities of armed conflicts, in accordance with authors who favor this kind of association in order to minimize contention. Although without intending to exhaust a subject that involves such complexity, it is considered useful for the current debate.

The focus of this research is the concept of globalization, and particularly the regional integration in South America. We also investigated MERCOSUR member states' data, referring to the Gross Domestic Product (GDP), the life expectancy, the Human Development Index (HDI), and the military spending, among others, to provide data to support the conjectures presented.

2 CONTEMPORARY INTERNATIONAL RELATIONS

In a domestic environment, life in a society presupposes rules obeyed by the people who compose the society; these rules look after the welfare of most individuals. However, in the international arena, different cultures, uneven levels of development, in particular economic and technological, and social cohesion, among other factors, appear as asymmetries which, associated with the pressure exerted by different actors, may contribute to a lack of integration among its members.

This argument can be attested throughout history in which the horrors and catastrophes caused by armed conflicts led mankind and; therefore, political units to find ways to extinguish the phenomenon of war or, at least, to decrease the day-to-day possibility of their occurrence in human settings. Even because, according to Waltz (2004), to use violence through war does not lead to victory, but to varying levels of defeat.

Thus, from the international relations thoughts it is possible to ascertain that one of the branches that stands out is the liberal perspective².

2 According to Amaral (2011), the first upholder of the political liberalism was John Locke with the publication of "Two Treatises of Governance" in the late seventeenth century. As Bobbio (2000) argues, the liberalism is a concept or doctrine in which the state has limited powers and functions, and do not have to be necessarily democratic; and to Fernandes (2011), to the United States, politically speaking, the term liberal has an ideological connotation, opposite to the socio-political conservatism. In International Relations, it is opposed to realism with their conservative values and nationalist tendencies.

This perspective is based on the belief that the interests of states based in the universal free trade would be sufficient to ensure harmony among them. Dunne (2011) asserts that the essence of the liberal thought lies in self-control, moderation and restraint, and questions how peace is to be maintained in an environment where the opposite is frequently shown.

Aiming to enhance the foundation on the liberal thought general propositions, it was deemed necessary to add Doyle's (1997, p.207) four dimensions definition, which he termed Ideal Liberalism:

- ✓ Every citizen is legally equal and has basic civil rights such as freedom of religion and access to a free press;
- ✓ Actual state sovereigns are representative legislatures, whose authority derives from elections, and their authority is limited beyond the requirement that basic civil rights be preserved;
- ✓ The economy rests on the recognition of private property rights, including the means of production. Property is justified by individual purchase or by social agreement or social utility;
- ✓ Liberalism argues that the most effective system of economic exchange is one in which the market is largely driven by its laws of supply and demand, and not one subordinated to regulation and bureaucratic control, of both domestic and international levels.

Regardless the apparent coherence of the liberal ideals and the qualities in their quest for a good relationship among states, it is necessary to recognize that the devastation of two World Wars during the early twentieth century led to responses, among which was an increasing unease, concerning safety³ and self-preservation of each political unit that composes the globe. Unequal states regarding power,

3 The notion of security, according to Baylis, Smith and Owens (2011) is controversial and elastic, and currently covers: economic, political, military, environmental, among others. It is linked to ideas of freedom and protection against hazards and risks, and as Ribeiro (2011) states, aims at preserving a political unity in terms of sovereignty and independence. It is one way, according to Delgado (2004), to ensure life in community, whose duty is the State responsibility and differs from the direction established by the Treaty of Westphalia, signed on October 14, 1648, that ended the Thirty Years War viewed as a self-help obligation among nations. According to Booth (2005), security does not consist only in the absence of threats, but involves the possibilities of being and feeling safe from harm of any sort, and it implies the objective and the subjective dimensions. One can consider, for example, gratuitous fear or calculation errors able to influence the perception of what should be feared. Beyond what is considered as a threat to one individual, to be and feel safe must be understood in terms of political theories that deal with nations, sovereignty, social class and gender, among others. Booth (2005) cites as examples, U.S. hegemony, and the fight against terrorism, humanitarian interventions, AIDS in Africa, environmental hazards, militarized economies, and all that from another perspective may cause harm to humans: politically, an instrumental value that enables people some opportunity to choose how to live, other than to merely survive; a risk imposed by others.

political, economic and cultural development, ultimately evolve in the application of economic sanctions and military instruments for the maintenance of international order, when the desire for cooperation and good will are extinguished. This goes against the liberal way of thinking in which the performance and the power⁴ of the states would be minimal.

In this context, the liberalism is seen as utopian or ideal, and it is undermined as a dominant theory, making room for the realistic thinking⁵. According to Morgenthau (1952), the struggle for limited, and thus scarce goods encourages political units to desire more power, to keep it, and even drives them to demonstrate their own power. According to the realism, State relations concern their interests' accomplishment that is outlined in terms of power, and it outlines their behavior: they seek to raise more power to achieve their goals.

4 In chapter II of the Brazilian version of "War and Peace among the Nations", Aron (1979) examines the means available to political actors in the exercise of foreign politics and introduces the concepts of power and potency current employed, meanwhile inappropriately. According to the author, the British use the term power politics that in French is *politique de puissance*. It is also interesting to note that the term power in French (*pouvoir*), like in Portuguese, is attributed to both, States and individuals, as well as domestic groups, while potency is usually only for political units. The word "power" in French can be used both as a noun "*le pouvoir*", and as a verb. Furthermore, in English "power" is a noun, while the verb that means the action of power (to be able to) is distinct. This leads to an initial reflection on the meanings and interpretations of the phenomenon "power" in different languages and; consequently, to different political units. Although the difference is subtle, it is possible to deduce that power is something that is similar to an object, or a capacity to produce it, or even to destroy something, or to influence someone to do something. According to Keohane and Nye (2001), power can be understood as an actor's ability to make others to do something they would otherwise not do; it is the exercise of control over results. Similarly, according to Moreira (1996), power is the product of tangible resources (materials) and intangible to the disposal of a particular actor, who employs it to influence, accustom, assemble, or beat other players in the political game, each in the pursuit of achieving their own goals. Not a value in itself, quantitatively measurable, but a relationship, an ability to achieve certain goals depending on the capacity or lack of capacity of an opponent or an enemy. In this sense, the components could be classified according to the following typology: natural (geographical and territorial position, natural resources, raw materials, energy and population); social and psychological (images taken by the population, attitudes and expectations and relations between population-government and leadership); and syncretic (economic and industrial capacity, culture, science and technology and military force).

5 In 1939, Edward Hallett Carr published the book *The Twenty Years' Crisis*, in which he disagrees with the liberal doctrine that considers the international relations as the reflection caused by the conflict between rich and poor, who are even able to resort to violence in order to achieve their goals – an explanation for the condition of instability and insecurity that haunted policy among states in his time. According to Carr (2001), the science of the international politics was still incipient until 1914, and the relations among political units were subject of soldiers and diplomats, professionals engaged in war, or out of war, and it has changed after the First World Conflict. From there, the early studies started to focus on what the world should be, and with the science development reason started to overcome the desirable. In 1948, Hans J. Morgenthau launched his book "*Politics among Nations: the Struggle for Power and Peace*", that to Brown and Ainsley (2012) makes him the most prominent realist of his time.

In the international arena, the State is the actor and the institution responsible for regulating other entities (international organizations – governmental or not, businesses, pressure groups, individuals), that can act independently in certain circumstances.

According to Dunne and Schmidt (2011) the realism holds that strength, and hence its use is the states legitimate instruments to achieve its goals, and it is the governor's duty to rationally determine the steps to be taken in order to perpetuate the life of the state in a hostile and threatening environment, which is the international arena. Therefore, the main realistic features are: the centrality of the state as a political actor, the need for survival and the fact to rely on itself even to solve its own problems (self-help).

In the debate between "more freedom" and "more power", it is possible to note new approaches: the neoliberal, defended mainly by Robert O. Keohane and Joseph Nye, and the neorealist one, prescribed by Kenneth Waltz. As opposed to the realistic approach, which argues that safety is the primary issue among states, Keohane and Nye (2001) stated that strength, power or security are not so essential, and that in a world of complex interdependence any matter, at any time, may become a priority. In its sense, the neoliberal stance is based on interdependence⁶, cooperation and interaction among the states, through the practice of formal or informal precepts, coordinated or not, by international organizations. Once mutual dependence has been created, it can be measured by the vulnerabilities to which States are susceptible if they are demanded to make adjustments due to certain circumstances (i.e. by the time required for adaptation or by the high costs involved for the change).

According to Nye (2009), the perspective of Complex Interdependence supports that relations among states do not arise from differences in their military capabilities, but rather from the control of economic, commercial and financial mechanisms, among others. This differs from the realist conception in which states are the only relevant actors in the international scenario, and that base their relations on the use of military force to achieve their goals, being safety their primary purpose.

In the concept of interdependence it is implicit the dependence of a country A in relation to country B, concerning a particular product (good or service), and *vice-versa*. This dependence, to Keohane and Nye (2001), assumes a

6 Interdependence is defined simplistically as mutual dependence, and may be affected by external forces, or marked by reciprocal effects among participants. It presents features such as multiple channels that connect societies, an agenda among stakeholders that includes various questions, not always ordered in a consistent hierarchy, and the non-use of military force by governors against others located in the catchment area of mutual dependence (KEOHANE; NYE 2001).

vulnerability of country A, if country B stops providing such a product. Although it appears there is an effort by the actors, component parts of the international environment, to pursue cooperation among them, one should not dismiss the possibility of the stronger ones' attempts to subdue those who are weaker, particularly in economic terms. Also one cannot ignore a possible interest in influencing the behavior of the units through the use of force, or its threat. Thus, the authors argue that the existence of mutual dependence conditions reduces the chance of conflicts among states but does not prevent the use of force, and the continuous occurrences of wars.

In turn, the neorealism defends the idea, according to Waltz (1988), that politics in the international environment can be better understood if structural effects⁷ are added to explanations at the unit level, which are present in the realism, and so far spread. It supports the concept of rational choice in which actors in the international arena drive their behaviors according to previously established goals, thus making use of capabilities or power available – a relation of cause and effect in which power is seen as a useful apparatus, aiming the security and the survival of the state. Therefore, they seek to maximize profits, or minimize losses through the use of tools, such as game theory, or instruments related to econometrics to evaluate the situation (WALTZ, 2010).

Such concerns have gained strength since 1945 with the end of World War II, when the planet was divided into two blocks, which were blessed, according to Herz (2001), by nuclear arsenals. In an environment where attack and retaliation constitute a dilemma and are acts that may mean the extinction of many people, the need for security becomes a priority and brings doubts about the survival of individuals and nations.

The Security Dilemma, which has been central to the neorealism, according to Glaser (2003), shows that the rationality of states is not the only factor to influence decisions focused on safety, on arms races or on war, and uncertainty about the motivation of other states regarding their attitudes becomes an essential component for decision makers. In their quest for security, actors are driven to acquire more power to, at least, intimidate potential adventurers, and it can even mean less security, hence the dilemma.

After more than fifty years, after the original formulation was expressed by John

7 According to Waltz (2010), the structures may be defined as the way in which a system composed of interacting actors is ordained, characterized by the different units' specific functions and the distribution of skills among the participants. In the international politics, such a system deals with forces that explain behaviors or states' actions, and generate certain results.

Herz on this topic, Booth and Wheeler (2008)⁸ feature a dilemma as a situation that requires one to choose between two alternatives- two lemmas- equally balanced⁹. The heart of the matter lies in the uncertainty about the conditions that make possible the existence of nations in the international political scene, in present and future times. Such continuity, in terms of space and time, demands sovereign states to ensure their own safety and use their strength to fend off threats and misfortunes from other actors.

The relationship among state actors obeys a state peculiar characteristic that consists of its sovereignty, understood as the inference of legal autonomy and the absence of an upper body with authority over them, an anarchic environment, understood not as one without laws, which would suggest the predominance of chaos, but rather as the lack of a formal system of governance, where the uncertainty of the decisions of their neighbors, close or not, are able to interfere with calculations, dependent on multiple variables, including the interactions among international system participating actors.

Without a body capable of managing different desires and trimming any rough edges, each actor in the international context seems bound to take care of their own interests and achieve them by using their own resources, which can occur mainly through cooperative agreements, or in extreme cases through the use of force or power available.

Both neorealists and neoliberals, in an attempt to explain the operation of relations among states, whose decisions are generally responses to stimuli originated in domestic environment, which are affected by the international scenario, established models that can be considered as ideal types due to their limitations concerning current realities. If what is considered of vital interest to one particular actor clashes with the wishes of the other protagonist, it is able to lead to the employment of violent means, and be costly for all involved, chiefly after the creation of nuclear war artifacts.

The end of the Cold War, in 1989, which among other factors is pointed out by the fall of the Berlin Wall, brought the belief to many that the prevalence of peace and economic interdependence would be a better way to conduct the relations among states. Thus, embargoes and sanctions would constitute the main instruments of persuasion. However, what is observed is that the use of force has not lost its importance,

8 According to Herz (2008), when introducing the ideas put forward by Booth and Wheeler, the authors give emphasis to what they call "mitigators", that consist of moderators and improving figures that weaken and exceed the Security Dilemma. Among these mitigators can be cited: diplomacy, cooperation, acceptance of peaceful solutions to conflict resolution and bodies such as the United Nations.

9 A lemma is adopted by the authors as a proposition that can be taken as valid.

and the combination of soft and hard power comes to be a reality. The balance of how much of each power should be used is what Nye (2011) called smart power, although the author does not establish how much soft and hard power should be used.

In this respect, globalization¹⁰ emerges today as a trend that seeks even to increase harmony among nations, and according to Best and Christiansen (2011), the establishment of regional mechanisms for cooperation and integration is a way in which states in different parts of the planet respond to challenges in an increasingly global environment.

Although globalization boosts interactions among political units, this implies that states do not need to act in an environment where competition and conflict of interest prevail; the state is still the one that mobilizes force to defend its territory and to achieve national objectives. Thus, the unit provides security against perceived threats, whether actual or potential, ensuring its survival or self-preservation.

3 THE REGIONAL INTEGRATION: CONCEPTS, THEORIES, AND THE SITUATION IN SOUTH AMERICA

La UNASUR es el ensamble del MERCOSUR y la Comunidad Andina en América del Sur. Es el embrión posible hacia un horizonte de Estado continental industrial como paradigma, no exento de tensiones. Aclaremos que el Estado continental no implica la desaparición de nuestras estatalidades sino un salto geoestratégico de Estados-islas del polo hispánico y de un semi Estado continental como Brasil, que como hemos dicho no se fragmento en razón de que la Corona portuguesa se instaló en Rio en 1808 y mantuvo la unidad territorial. (BARRIOS, 2011, p.75).¹¹

10 Mcgrew (2011) asserts that globalization is a historical process, and thus involves a change or transformation and respect for human social organization, that links distant communities to expand the reach of power relations across regions and continents. Thus, there is coordination, represented by the acceleration of interactions and processes with the increase of transport and communication means, reflected in time and space reduction, and boundary disruption, breaking some principles of territoriality. Events in a region can be significant for individuals and communities in the world distant regions, both for good and for evil.

11 UNASUR is the MERCOSUR assembly and the Andean Community in South America. It is the possible embryo towards an industrial continental State horizon as a paradigm, not without tensions. We clarify that the continental state does not imply the disappearance of our statehood, on the contrary, a geostrategic rise of States-islands (isolated states) of the Hispanic pole and of a semi-continental State like Brazil, which as we have said is not fragmented because the Portuguese Crown settled in Rio in 1808 and maintained the territorial United. (BARRIOS, 2011, p.75).

In a study conducted in the 1990s, Schiff and Winters (2003) argue that the growth of regional blocs for the exercise of trade was one of the greatest advances in international relations in recent years. The authors note three significant changes: a) the adoption of more open models of regionalism which until then had not existed; b) the barriers removal, such as tariff reductions, to allow more effective integration; and c) the emergence of North-South agreements with an equal partnership between developed and developing countries. Thus, they conclude that regionalism is part of the economic ambience, and so a useful tool for the participants' progress.

Similarly, Neves (2013) asserts the process of trade integration or preferential treatment between two countries, in part the "Theory of Protection", in which through decisions in political field a given actor decides to offer different treatment for another specific country. This may be translated into the practice of lower prices aliquots for product imports from the other country. The most basic level of regional integration consists of preferential trade agreements aiming at increasing the potential commerce among them, and that is reflected by the lower rates of trade import duties among signatories. In the next stage, free trade areas are established where units reduce or eliminate trade barriers, giving emphasis to what is produced and what comes from the referred area (rule of origin), thus there is a greater scope of the benefits of products. In a more advanced stage, the Customs Union is characterized by the adoption of a common external trade policy to the participating countries through the constitution of a joint tariff structure, in which the participants are treated in a preferential way, while still setting trade barriers in relation to other actors who are not partners. And, on a higher step, the Common Market is set, and in addition to those features presented by the previous modalities, displays the full mobility of the production factors among its members (professional practice, foreign investment, property rights, in addition to labor and pension rights and common justice).

In South America, the experience for the formation of a trading bloc can be seen with the establishment of MERCOSUR, on March 26, 1991¹². The creation of MERCOSUR was made by signing the Treaty of Asunción by Argentina, Brazil, Paraguay and Uruguay – full members, followed by the subsequent acceptance of Chile and Bolivia (1996), Peru (2003), Ecuador, Colombia and Venezuela (2004) as associate members¹³. What distinguishes one group from another is that full members

12 Available at: <www.mercosul.gov.br>. Accessed on: June 2, 2014.

13 The member countries of MERCOSUR have features like: large agricultural productive capacity

have the right to participate in decisions, and are subject to the Common External Tariff (CET), while associate members do not take part in all deliberations and are not subject to CET.

According to Baia (2013), MERCOSUR is facing problems related to the asymmetry among countries that form the group, and despite its denomination as a Common Market, the stage of integration can be classified as an Imperfect Customs Union¹⁴, depending, for example, on the duplicate collection of CET in the case of re-export. Such circumstances increase the cost of exports and imports, increase the prices paid by consumers, reduce the earnings of producers, generate public expenditure and constitute a barrier to trade, hindering the formation of an integrated bloc. In the 2000s, as the author previously mentioned, due to a policy shift towards a more vehement socialism occurring in almost all Latin America, governments tended to be more protectionist, nationalist and interventionist in terms of economic practices than previous administrations.

Continuing the efforts toward integration, on March 11, 2011 the Union of South American Nations (UNASUR) formation was ratified, composed by twelve countries of the region, although the initial negotiations had occurred since the Extraordinary Meeting of Heads of State and Government held in Brasilia on May 23, 2008, whose purpose was to:

[...] Build a participatory and consensual way, a space of articulation in cultural, social, economic and political ranges among its people. Prioritizes political dialogue, social policies, education, energy, infrastructure, finance and the environment, among others, in order to create peace and security, eliminating socioeconomic inequality, achieving social inclusion and citizen participation, reinforcing democracy and reducing asymmetries within the strengthening of the sovereignty and independence of states.¹⁵

due to fertile land, plenty of water and intensive agricultural labor with good quality which resulted in the use of such potentials for industrial branches commitments, such as food, leather and foot wear, textiles, and furniture, among others. They exhibit as difficulties heavy industry, capital goods and high technology, although Argentina and Brazil have been successful from the 1950s, due to the entry of multinational companies, including the deployment of a competitive aerospace industry in the Brazilian case. The regional geopolitical rivalries have also been pointed to as a problem (BAIA, 2013).

14 To become perfect it would be necessary to waive the certificate of origin of the products marketed by the members.

15 Available at: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/unasul.>> Accessed on: June 2, 2014.

Although the Brazilian Ministry of Foreign Affairs states that UNASUR has been demonstrating to be an instrument for the peaceful settlement of regional disputes and for strengthening the protection of democracy in South America, Barrios (2011) argues that the Union is an opportunity for joint efforts towards the achievement of a continental power with the construction of a unified military force. And, it is suggested a kind of integration on defense planning structure and, in the future, a full integration. In this sense, it has pointed to problems for the realization of such harmonization: the asymmetry with the need for unification of the Lusitanian and Spanish branches; external factors with the subjection to the schedule imposed by the United States; and to internal factors, whose priorities for each actor must be overcome, so that they can devote themselves to the accessional processes.

It is curious to cite as an example of diligences towards integration, an article written by Tavares (2012) entitled “The false promise of Regional Organizations” which brings the contributions from member countries of UNASUR, among others, in peacekeeping missions sponsored by the United Nations (UN). It indicates problems related to capacity, hegemonic interests and partiality of those involved¹⁶. In the text, the author states that this cooperation with UN, although it possesses legitimacy to act, the division of tasks among political units is still far from being established and, in some cases, those with higher capacities to meet the initial needs are not engaged in the work, while the less able are unable to do so. Among the main obstacles underlined, logistics is highlighted due to personnel and equipment, as well as financial factors. As the hegemonic interests, the author argues that peacekeeping missions are a business to political units and regional organizations, in which there is an obvious dependence of the disadvantaged compared to more powerful states, and stresses the interests of every nation under the coverage of international altruism. This finding reinforces the idea of partiality in which military interventions, despite the alleged humanitarian motives, seek to serve national interests and the preservation of regional stability.

From what has been raised and exposed so far, some data and ideas attracted our attention. At first, it was observed that Barrios (2011) points out the differences among the constituent units of UNASUR, marked by the inequalities which can be found on Table 1:

¹⁶ Peacekeeping missions are a business, and governments want to keep national armies satisfied. The increase in wages and exposure to new technologies and weapons, in addition to new military doctrine knowledge, elevate the living conditions of the military personnel. And, satisfied military personnel decrease the tendency to domestic disturbances. It even shows their neighbors they do not need help, but they are able to offer help – a struggle for international visibility (TAVARES, 2012).

Table 1 – Population, territorial extension, GDP, life expectancy and HDI by the countries belonging to UNASUR in 2012

Country	Population in thousands*	Territorial extension in km2**	GDP in millions of US\$***	Life expectancy****	HDI ¹ ****	HDI position****
Argentina	41.087	2.780.400	475.502,00	76	0.811	45
Brazil	198.656	8.514.877	2.252.664,00	74	0.73	85
Paraguay	6.687	406.752	25.502,00	72	0.669	111
Uruguay	3.395	176.215	49.920,00	77	0.792	51
Chile	17.465	756.102	269.869,00	80	0.819	40
Bolivia	10.496	1.098.581	27.035,00	67	0.675	108
Peru	29.988	1.285.216	203.790,00	75	0.741	77
Ecuador	15.492	283.561	84.040,00	76	0.724	89
Colombia	47.704	1.138.914	369.606,00	74	0.719	91
Venezuela	29.955	912.050	381.286,00	74	0.748	71
Guyana	795	214.969	2.851,00	66	0.703	118
Suriname	535	163.820	5.012,00	71	0.684	105

Source: THE AUTHOR, 2014.

Sources: * World Development Indicators database, *World Bank*, 8 May 2014, viewed 5 June 2014.

** <www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rakorder/2147rank.html>, viewed 9 June 2014.

*** <www.worldbank.org>, viewed 5 June 2014.

**** <<https://data.undp.org>>, viewed 5 June 2014.

It is observed that Brazil, MERCOSUR Lusophone branch, boasts the largest jurisdiction. In addition, it includes the largest population and the highest GDP, compared to the other group members, although in terms of life expectancy and Human Development Index (HDI) of its population, it does not appear in the first place. On the contrary, Brazil occupies the 85th place in terms of HDI, in 2012, out of 199 countries with 186 scored, as the United Nations (UN)¹⁷– between medium

17 According to the UN, the HDI for the year 2012 can be classified as: Very High Human Development (0.905); High Human Development (0.758); Medium Human Development (0.64); and Low Human Development (0.466).

and high level development. Although the HDI is an indicator that measures, in a summarized way, elements such as income, education and health, it serves to show that, despite its potential, particularly in South America, Brazil is still less developed in terms of social factors listed compared to Chile, Argentina, Uruguay, Venezuela and Peru.

The advance in the values of Gross Domestic Product (GDP) of the political units belonging to UNASUR presented in TABLE 2 reflects an increase in relation to economic indicators in the region, although it is not possible to state that result from the bloc formation process.

Table 2 – Gross Domestic Product by the countries belonging to UNASUR (2007-2012) in millions of U.S.\$

Country	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Argentina	260.769,00	326.583,00	307.155,00	368.736,00	446.044,00	475.502,00
Brazil	1.366.853,00	1.653.539,00	1.620.165,00	2.143.035,00	2.476.652,00	2.252.664,00
Paraguay	13.838,00	18.505,00	15.955,00	20.028,00	26.008,00	25.502,00
Uruguay	23.411,00	30.366,00	30.229,00	38.846,00	46.435,00	49.920,00
Chile	173.081,00	179.627,00	171.957,00	217.556,00	251.191,00	269.869,00
Bolivia	13.120,00	16.674,00	17.340,00	19.650,00	23.949,00	27.035,00
Peru	107.492,00	129.537,00	130.064,00	157.610,00	181.011,00	203.790,00
Ecuador	51.008,00	61.763,00	62.520,00	67.514,00	76.770,00	84.040,00
Colombia	207.520,00	244.057,00	234.360,00	287.001,00	336.560,00	369.606,00
Venezuela	230.364,00	315.600,00	329.419,00	393.808,00	316.482,00	381.286,00
Guyana	1.740,00	1.923,00	2.026,00	2.259,00	2.577,00	2.851,00
Suriname	2.937,00	3.533,00	3.875,00	4.368,00	4.363,00	5.012,00

Source: WORD BANK, 2014.

Similarly, as shown previously in Table 1, it is possible to note the disparity in GDP values among UNASUR members. As the Union of South American Nations' objectives highlighted, the eradication of poverty and the overcoming of asymmetries involve assistance from the more developed to the less favored countries, what is not visible through numbers, and so requires further and detailed research.

It is possible to consider creating a unified military force, suggesting the feasibility of the strengthened bloc coercion and deterrence over the weaker units, and in accordance with the International Relations realistic approach, it does not rule out the future possibility of armed clashes among regional blocs and isolated states. TABLE 3 shows the percentage of GDP in defense spending by the members of the UNASUR countries from 2007 to 2012.

Table 3 – Percentage of GDP spent on defense by the countries belonging to UNASUR in 2007-2012

Country	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Argentina	0,9	0,8	1,0	0,9	0,9	0,9
Brazil	1,5	1,5	1,6	1,6	1,5	1,5
Paraguay	1,1	1,2	1,2	1,2	1,3	1,8
Uruguay	1,8	2,0	2,1	2,0	1,9	1,9
Chile	2,3	2,5	2,2	2,2	2,2	2,1
Bolivia	1,7	2,0	2,0	1,7	1,5	1,5
Peru	1,2	1,1	1,4	1,3	1,1	1,3
Ecuador	2,9	3,0	3,7	3,6	3,7	3,4
Colombia	3,3	3,7	3,9	3,6	3,1	3,3
Venezuela	1,3	1,4	1,2	0,9	0,8	1,0
Guyana	2,0	2,2	2,3	2,1	1,9	1,8
Suriname	N.A.*	N.A.*	N.A.*	N.A.*	N.A.*	N.A.*

Source: THE AUTHOR, based on STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE (SIPRI), 2013.

* N.A. – Not Available.

Although we do not observe a significant increase in the percentage allocated to spend on defense during the studied period, by comparison, according to the statistical data provided by SIPRI year book (2013, p.131), military spending by region, in the year 2012, it is noted that North America reached U.S.\$708 billion with a decrease of 5.5% over the previous year, while Western and Central Europe allocated U.S. \$307 billion with a decrease of 1.6%, comparing to 2011. Meanwhile, South America has designated U.S. \$65.9 billion with an increase of 3.8% over 2011. Table 4 shows the gross military spending by country belonging to UNASUR in the period of 2007 to 2012.

Table 4 – Military spending by country belonging to UNASUR in 2007-2013 in millions of dollars

Country	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Argentina	2.421,00	2.750,00	3.264,00	3.607,00	4.052,00	4.356,00
Brazil	29.595,00	31.488,00	34.334,00	38.127,00	36.932,00	36.751,00
Paraguay	209,00	215,00	238,00	264,00	302,00	430,00
Uruguay	697,00	794,00	877,00	885,00	902,00	944,00
Chile	4.944,00	5.222,00	4.569,00	5.131,00	5.440,00	5.357,00
Bolivia	333,00	398,00	394,00	364,00	351,00	377,00
Peru	1.626,00	1.591,00	1.965,00	2.076,00	2.029,00	2.363,00
Ecuador	1.616,00	1.873,00	2.109,00	2.188,00	2.454,00	2.263,00
Colombia	8.985,00	10.621,00	11.158,00	11.072,00	10.307,00	11.446,00
Venezuela	4.124,00	4.569,00	3.302,00	2.574,00	2.385,00	3.316,00
Guyana	25,1	28,6	30,5	30,2	30,2	30,1
Suriname	N.A.*	N.A.*	N.A.*	N.A.*	N.A.*	N.A.*

Source: THE AUTHOR, based on SIPRI, 2013.

* N.A. – Not Available.

Even if South America has shown an increase of 3.8% in its spending on defense, and this percentage may be considered reduced, we may deduce that even though the percentages have been annually held, a growth of the Gross Domestic Product will result in a rise of the total values. It is assumed; therefore, that while the region is strengthened by the increase in business interactions, the cash produced can be used to improve, among other factors, their defense conditions.

And, despite the decreases shown by the first two mentioned regions and the increased spending in South America, concerning gross values, it is possible to realize that North America, Western and Central Europe approximately allocate values of five to ten times higher than those in South America.

According to Peterson (2004); although, at first, the dominant cause seems to be driven by economic and financial reasons, the integration process involves costs such as the looseness of a nationalistic sentiment, and so it is able to generate results among which the region political stability stands out, due to the threat of exclusion of those who are contrary to the group's thought. However, to what extent is this true and is it actually happening?

Units survival issues, or their governors' political survival are examples of factors that might force an actor to retract since,

currently, the connections seem to be more or less slight, and so it does not constitute a scenario of mutual dependence. In other words, it is an indication that when interdependence does not occur, and the situation demands actions involving power, it is possible to observe the predominance of the International Relations thought supported by the realistic proposal. Therefore, it does not seem absurd to suppose that despite the commitment to political units with democratic principles, and the possibility of economic prosperity to alleviate the effects of poverty, when the individual interests of UNASUR member states were affected, or even threatened, each of them will get their own benefit.

4 CONCLUDING REMARKS

Fractionating the international system into subsystems for studying is far from a reductionist view; you can consider the subsystems as ideal types where observable regularities are able to lead to generalizations over time. This seems to occur in the case of regionalization with its processes from its genesis to its development.

From one point of view, perhaps somewhat utopian, the integration of parts of the world must be seen as efforts to create conditions, so that in a group of states one does not perceive the others as potential threats, and the progress of all would be the common goal to be achieved.

In this sense, the idea of interdependence is noteworthy, and offers not only economic or political connections among members of a group, but dependent links that compel their participants not to attack: mutual dependence among political units makes them vulnerable in relation to the lack of a particular good or product.

In the case of the Union of South American Nations, there are obstacles posed by the asymmetry and internal as well as external factors of the participating states, the technological gap of developed countries and the social ills to which they are subjected, which among many other problems, constitute obstacles that are capable of preventing the growth of the region. Also, there is no noticeable interdependence among the country members of UNASUR which does not excuse the possibility of armed conflicts and brings to mind aspects of the realistic approaches of the International Relations discipline.

Spending means to direct resources for a particular purpose, and that presupposes their withdrawal or diversion from other sectors, such as education and health. Therefore, to improve the defense of a political unit without a domestic industry to support that goal as well as without industrial development for technological knowledge results in a cyclical paradox. Without quality of education it is more difficult to achieve technological development,

but education does not improve by having shifted its resources to defense, and so on. Consequently, the asymmetries and difficulties faced by the bloc shall delay the regional development as poverty and illness tend to proliferate.

We do not have the intention to conclude that the initiative is not worthy; however, strategic developments are necessary for the orderly evolution of the region, as well as the study of interventions are compatible with the urgency demanded by the possible clashing scenarios, or emergencies caused, for instance, by the natural disasters, as a way to build security and trust among UNASUR constituent countries. Also, one question that remains is the following: in the case of the units that belong to the regional bloc be attacked by an external actor, will the group react in favor of the victim?

REFERENCES

AMARAL, Diogo Freitas do. *História do Pensamento Político Ocidental*. Coimbra: Edições Almedina, 2011.

ARON, Raymond. *Paz e guerra entre as nações*. Tradução de Sérgio Bath. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1979.

BAIA, Paulo. Mercado Comum do Sul [MERCOSUL]. In MIYAZAKI, Silvio Yoshio Mizuguchi, et al. *Integração econômica regional*. São Paulo: Saraiva, 2013.

BARRIOS, Miguel Ángel. *Consejo Suramericano de Defensa: desafios geopolíticos y perspectivas continentales*. Buenos Aires: Biblos, 2011.

BAYLIS, John, Steve SMITH and Patricia OWENS. *The Globalization of World Politics. An introduction to international relations*. 5 ed. Oxford, New York: Oxford University Press, 2011.

BOBBIO, Norberto. *Teoria geral da Política: a Filosofia Política e as lições dos clássicos*. Organizado por Michelangelo Bovero. Tradução de Daniela Beccacia Versiani. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

BOOTH Ken e WHEELER, Nicholas J. *The Security Dilemma: fear, cooperation and trust in World Politics*. New York: Palgrave Mcmillan, 2008.

_____, Ken. *Critical Security Studies and World Politics*. Colorado: Lynne Rienner Publishers, Inc, 2005.

BROWN, Cris e AINLEY, Kirsten. *Compreender as Relações Internacionais*. Tradução de Ana Sampaio. Lisboa: Gadiva Publicações, 2012.

CARR, Edward Hallett. *Vinte Anos de Crise: 1919-1939*. Uma introdução ao estudo das Relações Internacionais. 2ed. Tradução de Luiz Alberto Figueiredo Machado. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.

DELGADO, Paulo. Conceitos de segurança e defesa: implicações para a ação externa e interna do governo. In: ALMEIDA PINTO, J.R.de, RAMALHO DA ROCHA, A. J., PINHO DA SILVA, R. Doring. *Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil*. Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos de Cooperação, 2004.

DOYLE, Michael W. *Ways of war and peace: Realism, Liberalism and Socialism*. New York: W.W. Norton & Company Inc, 1997.

DUNNE, Tim. Liberalism. In BAYLIS, John, Steve SMITH and Patricia OWENS. *The Globalization of World Politics. An introduction to international relations*. 5. ed. Oxford, New York: Oxford University Press, 2011.

DUPAS, Gilberto (Org.). *América Latina no século XXI: perspectivas econômicas, sociais e políticas*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Fundação Editora Unesp, 2005.

FERNANDES, José Pedro Teixeira. *Teoria das Relações Internacionais: da abordagem clássica ao debate pós-positivista*. Coimbra: Edições Almedina, AS, 2011.

GIDDENS, Anthony. *Política, sociologia e teoria social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo*. Tradução de Cibele Saliba Rizek – 2. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2011

GLASER, Charles L. Structural Realism in a more complex world. *Review of International Studies*. V. 29 n.3. Cambridge University Press, 2003.

GLASER, Charles L. *The security dilemma revisited*. Disponível em: harrisschool.uchicago.edu/faculty/.../glaser-security_dilemma.pdf. University of Chicago. Accessed on April 6, 2011.

HERZ, John H. *Idealist internationalism and the Security Dilemma*. In Linklater, Andrew (Editor). *International Relations*. KY, USA: Routledge, 2001.

HERZ, John, H. Foreword. In: BOOTH Ken e WHEELER, Nicholas J. *The Security Dilemma: fear, cooperation and trust in World Politics*. New York: Palgrave Mcmillan, 2008.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. *Perspectivas de la economía mundial, octubre de 2013: Transiciones y tensiones*. Washington, [s.n], 2013.

KEOHANE, Robert O. and NYE, Joseph S. *Power and Interdependence*. 3rd edition. US: Longman, 2001.

MCGREW, Anthony. Globalization and global politics. In: BAYLIS, John; SMITH, Steve; OWENS, Patricia. *The globalization of world politics. An introduction to international relations*. 5 ed. Oxford, New York: Oxford University Press, 2011.

Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). 2014. Disponível em: <www.mercosul.gov.br>. Acesso em: 5 jun. 2014.

MIYAZAKI, Silvio Yoshiro Mizuguchi, et al. *Integração econômica regional*. São Paulo: Saraiva, 2013.

MOREIRA, Adriano. *Teoria das Relações Internacionais*. Coimbra: Livraria Almedina, 1996.

MORGENTHAU, Hans J. *Politics among Nations: the struggle for Power and Peace*. 6th. Edition. New York: Alfred A. Knoff, Inc, 1952.

NEVES, Renato Baumann. *Integração regional: teoria e experiência latino-americana*. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

NYE, Joseph S. Jr. *Cooperação e conflito nas relações internacionais*. Traduzido por Henrique Amat Rego Monteiro. São Paulo: Editora Gente, 2009.

NYE, Joseph S. Jr. *The future of power*. New York: Public Affairs, 2011.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. Prefácio à edição brasileira de NYE, Joseph S. Jr. *Cooperação e conflito nas relações internacionais*. Tradução de: Henrique Amat Rego Monteiro. São Paulo: Editora Gente, 2009.

PETERSON, Brian R. *The future of MERCOSUR*. California: Naval Postgraduate School. [s.n], 2004.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO NO BRASIL. Brasília 2014. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>>. Acesso em: 5 jun. 2014.

RIBEIRO, António Silva. *Segurança e Defesa Nacional*. Academia das Ciências de Lisboa. Instituto de Estudos Académicos para seniores: Lisboa, 2011. Disponível em: <www.acad-ciencias.pt/files/IEAS/AntónioSilvaRibeiro/asribeiro_24_01_2011.pdf>. Accessed on: April 29, 2012.

SCHIFF, Maurice W. and WINTERS, L. Alan. *Regional Integration and development*. Digital Edition. World Bank and Oxford University Press, 2003.

SIPRI Yearbook 2013. *Armaments, Disarmament and International Security*. Oxford University Press, 2013.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. 2014. Disponível em: <<http://open.undp.org/#2017>>. Acesso em: 5 jun. 2014.

TAVARES, Rodrigo. The false promise of Regional Organizations? In: DE LOMBAERDE, Philippe; BAERT, Francis; FELÍCIO, Tânia (Ed.). *The United Nations and the regions: third world report on regional integration*.[s.l.]: Springer Science; Business Media, 2012. United Nations University Series on Regionalism. v. 3.

THE WORLD BANK. 2014. Disponível em: <www.worldbank.org>. Acesso em: 5 jun. 2014.

WALTZ, Kenneth N. *The origins of war in Neorealist Theory*. In: *Journal of Interdisciplinary History*, v.18, Issue 4, The origin and prevention of major wars, 1988.

WALTZ, Kenneth N. *O homem, o estado e a guerra*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

WALTZ, Kenneth N. *Theory of International Politics*. US: Waveland Press, 2010.

Received in: 20 jun. 2017

Publication approved in: 15 out. 2017